

Os Africanos apoiam a igualdade de género, mas persistem algumas lacunas: Os governos são instados a fazer mais

Afrobarometer Edição No. 749 | Maame Akua Amoah Twum e Carolyn Logan

Sumário

Para onde quer que olhemos, somos lembrados de que a igualdade de género é uma pedra angular do desenvolvimento de África. A Agenda 2063 da União Africana (UA) identifica a “plena igualdade de género em todas as esferas da vida” como um dos seus objectivos principais. No âmbito deste objectivo, os resultados previstos para serem alcançados até 2063 incluem a remoção de todos os obstáculos à posse e herança de terras ou propriedades por parte das mulheres, à contratação e ao uso de contas



bancárias; assegurar que pelo menos uma em cada cinco mulheres tenha o controlo dos activos produtivos; e reduzir a violência contra as mulheres em pelo menos um terço (com a eliminação a ser alcançada até 2063) (União Africana, 2015a, b).

Da mesma forma, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (2016) destacam a centralidade da igualdade de género, tanto como um objectivo por direito próprio (ODS#5) como um fio condutor ao longo dos objectivos, metas e indicadores dos ODS.

Existem evidências de pelo menos alguma medida de compromisso com estes objectivos em todo o continente. Quarenta e quatro estados africanos ratificaram o Protocolo de Maputo de 2003 sobre os direitos das mulheres em África, que acaba de celebrar o seu 20º aniversário (União Africana, 2003, 2023). Da mesma forma, 52 estados africanos ratificaram a Convenção das Nações Unidas (1979) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, e todos os estados-membros da ONU são instados a prosseguir os ODS.

No entanto, os defensores da igualdade de género também reconhecem que a realidade ainda está longe de corresponder a estas ambiciosas aspirações. A mudança, embora real, é muitas vezes lenta e desigual; as disparidades persistem mesmo quando os homens e as mulheres obtêm ganhos ao nível da escolaridade, no acesso à tecnologia e à informação e no local de trabalho.

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), por exemplo, relata que as raparigas ainda têm maior probabilidade de estar fora da escola do que os rapazes (UNECA, 2023), devido não só à menor priorização da educação das raparigas pelas famílias, mas também às questões ligadas ao casamento infantil e a violência baseada no género (Savedra & Bixi, 2023; Banco Africano de Desenvolvimento & UNECA, 2020). No Índice de Mulheres, Empresas e Direito do Banco Mundial (2020), a pontuação de África subiu, sugerindo que a igualdade económica e jurídica ainda está bastante longe. O Índice de Género dos ODS da Equal Measures 2030 (2022), que acompanha os indicadores de igualdade de género para 14 ODS, descreve o progresso em África como “lento e irregular.”

Afrobarometer oferece uma perspectiva dos cidadãos sobre a igualdade de género em África, com base num módulo especial incluído nos inquéritos da 9ª Ronda em 39 países, entre finais de 2021 e meados de 2023. As nossas conclusões também sugerem um progresso lento, juntamente com desafios persistentes. Em princípio, a maioria dos Africanos concordam com os objectivos da igualdade de género e muitos até relatam que a igualdade no emprego e no direito à posse de terrenos é em grande parte uma realidade.

Mas nos dados sobre a experiência de vida das mulheres – o seu nível de escolaridade, a sua situação profissional, o seu controlo sobre os recursos – as disparidades de género ainda existem, muitas vezes mostrando poucas mudanças ao longo da última década (ver, por exemplo, Lardies, Dryding, & Logan, 2019). O apoio às mulheres na política é confrontado com o receio da reação da comunidade. Até mesmo a segurança física continua a ser uma preocupação prioritária: A violência baseada no género é a principal questão dos direitos das mulheres que os Africanos dizem que o seu governo e a sociedade devem abordar.

Em suma, transformar o apoio declarado à igualdade numa realidade incorporada na lei, na aceitação social e na prática quotidiana ainda parece ser uma tarefa a longo prazo. Uma nota encorajadora: A maioria dos Africanos afirmam que os seus governos estão a ter um desempenho razoavelmente bom na abordagem da igualdade de género e que precisam de fazer mais, isto é, há ainda muito trabalho pela frente.

As pesquisas do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária que fornece dados fiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governação e qualidade de vida. Desde 1999, foram concluídas nove rondas de inquéritos de opinião pública, em 42 países. Os inquéritos da 9ª Ronda (2021/2023) foram realizados em 39 países. (Ver Apêndice Tabela A.1 para obter uma lista de países e datas de trabalho de campo.)

Os parceiros nacionais do Afrobarometer realizam entrevistas presenciais no idioma da escolha do entrevistado com amostras de 1.200-2.400 que produzem resultados a nível nacional com margens de erro de +/-3 a +/-2 pontos percentuais com um nível de confiança de 95% nível.

Esta análise de 39 países baseia-se em 53.444 entrevistas. Os dados são ponderados para garantir amostras representativas a nível nacional. Ao reportar médias multinacionais, todos os países são ponderados igualmente (em vez de proporcionalmente ao tamanho da população).

Principais resultados

- Os Africanos vêem a violência baseada no género (VBG) como a questão mais importante relacionada com os direitos das mulheres que o seu governo e a sociedade precisam de abordar, seguidos por um número muito reduzido de mulheres em posições influentes no governo, o acesso desigual à educação e a oportunidades no ambiente de trabalho.
 - Quase quatro em cada 10 cidadãos (38%) afirmam que a VBG é “um pouco comum” ou “muito comum” na sua comunidade.
- Uma maioria considerável e crescente (75%) dos cidadãos afirmam que as mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades de serem eleitas para cargos públicos que os homens.
 - Mas mais de metade (52%) afirmam que uma mulher que concorre a um cargo público é susceptível de ser criticada ou assediada.

- As mulheres ainda são consistentemente menos propensas do que os homens a participar em muitas formas de engajamento cívico, incluindo o voto.
- Em média, nos 39 países africanos, as mulheres têm menos probabilidades do que os homens de ter ensino secundário ou universitário (51% vs. 59%), uma disparidade que é ainda maior entre os cidadãos mais jovens, embora os seus níveis de escolaridade sejam também os mais elevados.
- Quase três quartos (73%) dos Africanos afirmam que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens de possuir e herdar terrenos, embora o apoio à igualdade varie entre 31% na Mauritânia e 92% em Cabo Verde.
 - Uma maioria mais restrita (58%) apoiam a igualdade de oportunidade no acesso ao emprego, embora haja variações significativas de país para país.
 - Cerca de sete em cada 10 cidadãos (69%) afirmam que as mulheres gozam de facto de direitos iguais no que diz respeito ao emprego, mas menos (63%) dizem o mesmo sobre a posse de terrenos.
- As mulheres estão significativamente atrás dos homens na posse de bens produtivos e informativos essenciais, como veículos motorizados (15% vs. 31%), rádios (50% vs. 65%) e contas bancárias (34% vs. 43%).
 - Da mesma forma, as mulheres são menos propensas do que os homens a dizer que são elas próprias a tomar as decisões financeiras domésticas (35% vs. 44%).
- Os governos obtêm notas relativamente positivas pelos seus esforços para promover a igualdade de género, mas quase dois terços (63%) dos cidadãos dizem que os seus governos deveriam fazer mais.

Igualdade das mulheres: O desafio

A luta pela igualdade das mulheres ocorre em muitas frentes: nos lares, nas comunidades, nas escolas, nos mercados, nos locais de trabalho, nas empresas, nos corredores do Parlamento e dos gabinetes dos governos. Quais destas frentes de batalha os Africanos

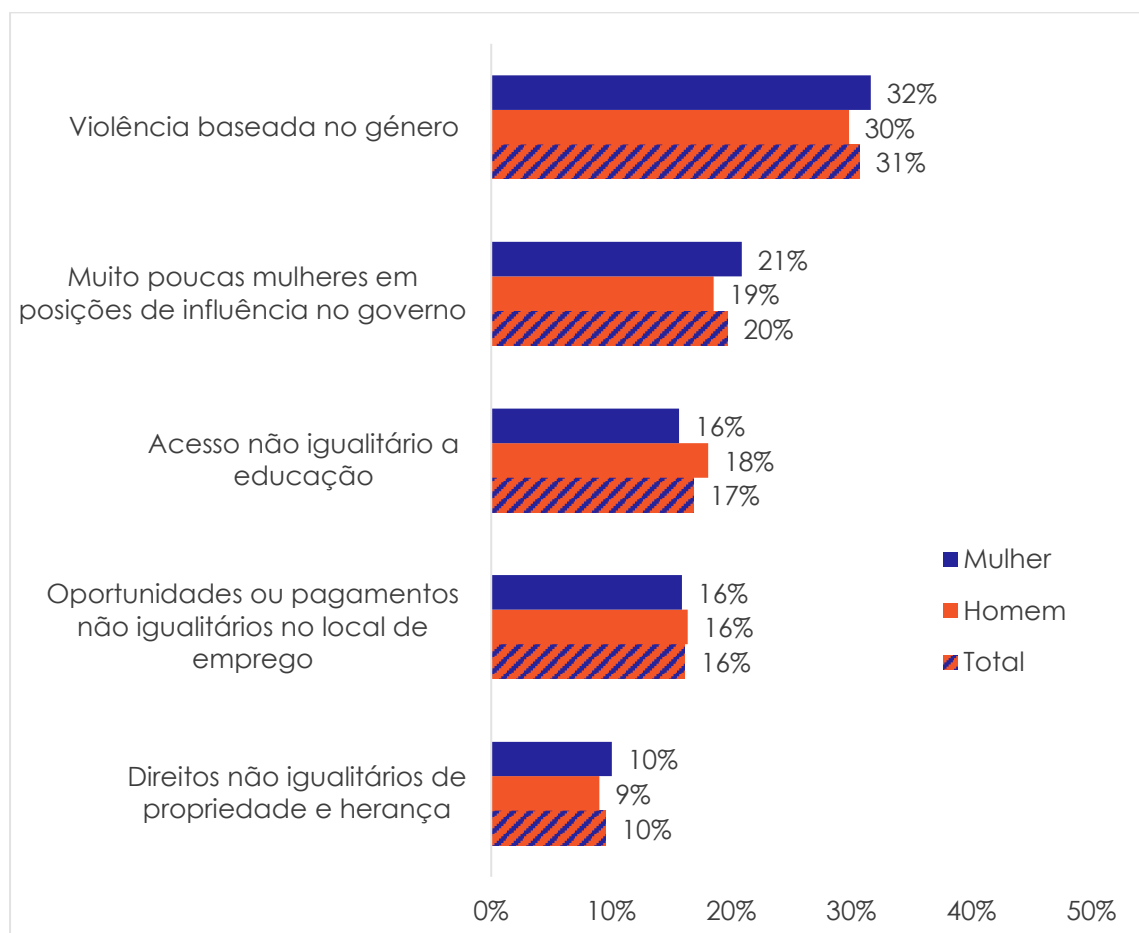
consideram a mais crítica para enfrentar os seus desafios de desigualdade?

Faça sua própria análise dos dados do Afrobarometer
– sobre qualquer questão, para qualquer país e ronda de inquérito. É fácil e gratuito em www.afrobarometer.org/online-data-analysis.

Perguntámos aos entrevistados qual das cinco questões relacionadas com os direitos e a igualdade das mulheres é a mais importante para o seu governo e a sociedade abordarem. A violência baseada no género (VBG) é

a preocupação mais citada, identificada por quase um em cada três (31%) como a principal prioridade (Figura 1). Segue-se a exclusão das mulheres de posições influentes no governo (20%), o acesso desigual à educação (17%) e as desigualdades nas oportunidades económicas (16%). Um em cada 10 (10%) citam a desigualdade na posse e herança de terrenos ou propriedades como o desafio prioritário.

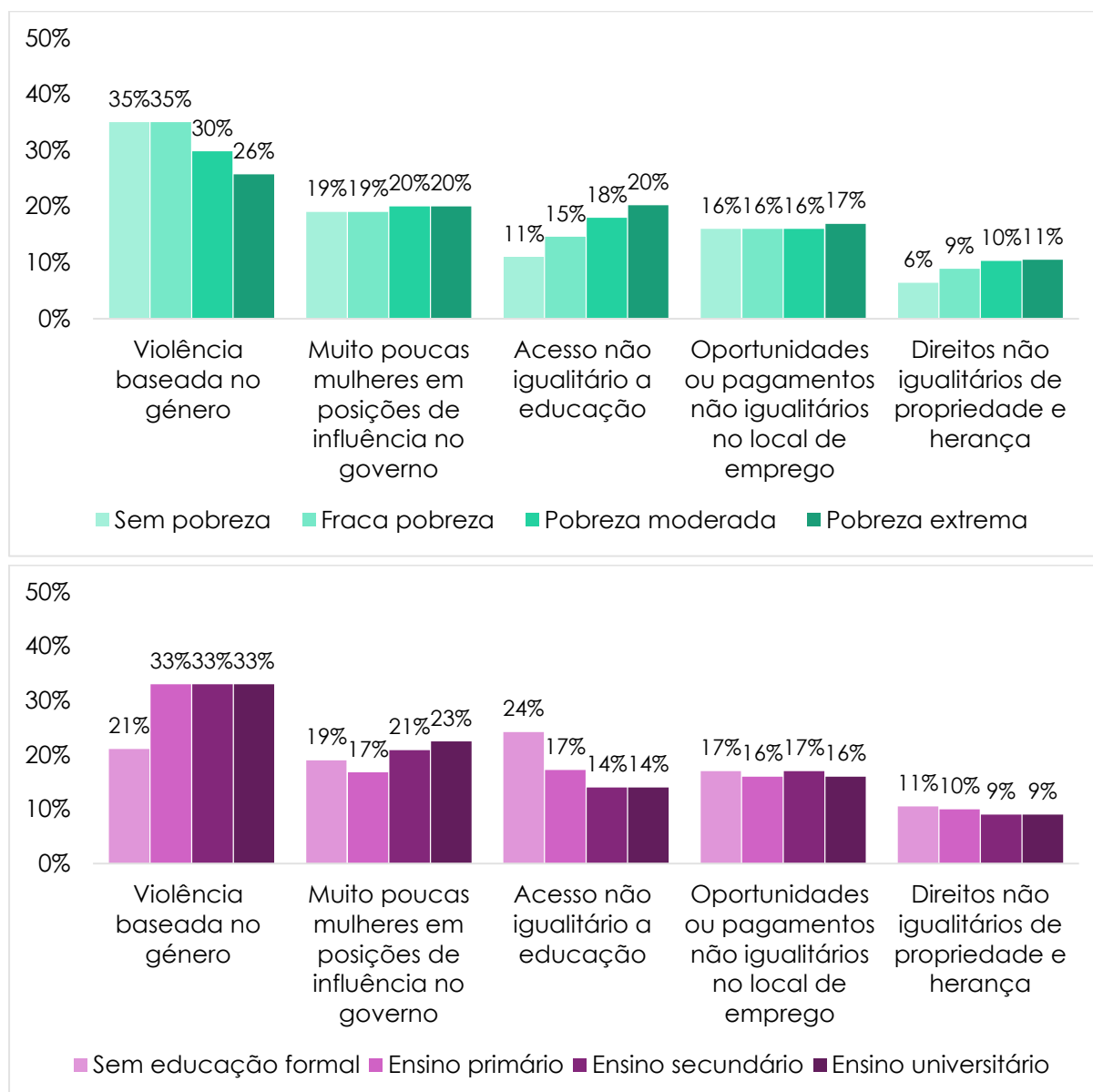
Figura 1: O problema de direito da mulher mais importante | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, qual dos problemas relacionados com os direitos das mulheres e igualdade você pensa que é o mais importante para o nosso governo resolver?

Os homens e as mulheres são quase idênticos nas suas opiniões sobre estas questões, e o mesmo se aplica aos residentes rurais e urbanos (não mostrado). No entanto, as pessoas que vivem em situação de pobreza extrema são, significativamente, menos propensas do que os inquiridos mais ricos a citar a VBG (26% vs. 35%) e mais propensas a destacar o acesso desigual à educação (20% vs. 11%) (Figura 2). Da mesma forma, aqueles sem educação formal têm muito menos probabilidade de dar prioridade à VBG (21%) e também de dar maior prioridade ao acesso à educação (24%).

Figura 2: O problema de direito da mulher mais importante | por nível de pobreza e de escolarização | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, qual dos problemas relacionados com os direitos das mulheres e igualdade você pensa que é o mais importante para o nosso governo resolver?

Os perfis dos países podem, no entanto, diferir substancialmente desta média. A VBG é a questão com melhor classificação em 21 dos 39 países, e a maioria identificam-a como prioridade em cinco deles: Cabo Verde (69%), Lesoto (64%), Botsuana (59%), Tunísia (56%) e Namíbia (52%) (Tabela 1). Mas é considerado como um problema menor na Mauritânia (5%) e numa série de outros países da África Ocidental e Central. A exclusão das mulheres de posições influentes no governo é a questão mais importante em nove países, liderados pelo Congo-Brazzaville (41%), enquanto a desigualdade de acesso à educação é priorizada em seis países, com mais de um terço na Guiné-Conacry (38%), na Mauritânia (37%) e no Mali (36%). A desigualdade no local de trabalho é o principal problema em quatro países, liderados pelo Gabão (30%).

Tabela 1: O problema de direito da mulher mais importante | 39 países | 2021/2023

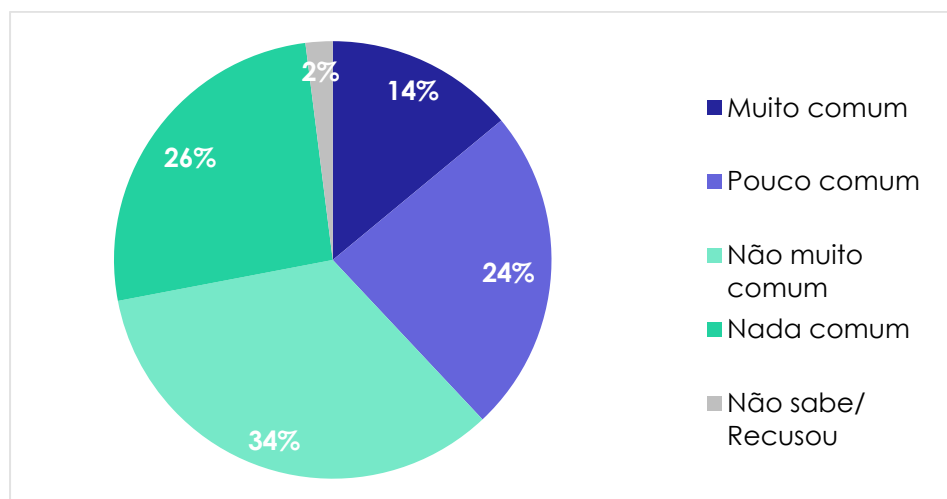
	Violência baseada no género	Muito poucas mulheres em posições de influência no governo	Acesso não igualitário a educação	Oportunidades ou pagamentos não igualitários no local de emprego	Direitos não igualitários de propriedade e herança
Cabo Verde	69%	10%	5%	13%	1%
Lesotho	64%	7%	7%	11%	9%
Botsuana	59%	14%	4%	13%	6%
Tunísia	56%	7%	8%	17%	5%
Namíbia	52%	11%	9%	9%	12%
Tanzânia	49%	12%	12%	5%	16%
África do Sul	48%	15%	9%	12%	10%
Libéria	47%	20%	19%	9%	5%
Malawi	44%	16%	15%	16%	6%
Uganda	42%	12%	15%	10%	16%
Eswatini	41%	22%	5%	14%	15%
São Tomé e Príncipe	41%	16%	7%	18%	4%
Quênia	35%	14%	21%	14%	12%
Ilhas Maurícias	34%	27%	2%	17%	5%
Zimbábwe	34%	28%	7%	6%	17%
Serra Leoa	33%	17%	25%	12%	7%
Zâmbia	29%	18%	25%	17%	5%
Mali	26%	9%	36%	11%	10%
Ethiopia	25%	17%	15%	20%	17%
Marrocos	24%	14%	13%	28%	6%
Camarões	23%	29%	18%	13%	15%
Moçambique	23%	21%	13%	18%	14%
Angola	23%	15%	18%	17%	7%
Senegal	22%	26%	13%	27%	7%
Sudão	21%	18%	29%	16%	5%
Gâmbia	21%	14%	29%	14%	6%
Seychelles	21%	13%	6%	15%	3%
Madagáscar	20%	25%	13%	25%	15%
Congo-Brazzaville	20%	41%	11%	18%	10%
Ghana	19%	29%	19%	22%	6%
Nigéria	18%	29%	20%	16%	9%
Gabão	17%	29%	16%	30%	6%
Níger	17%	18%	29%	18%	10%
Benin	16%	25%	20%	13%	21%
Costa do Marfim	16%	29%	25%	15%	14%
Togo	15%	27%	22%	21%	11%
Burkina Faso	14%	26%	23%	18%	18%
Guiné-Conacry	12%	23%	38%	17%	10%
Mauritânia	5%	26%	37%	23%	3%
Média dos 39 países	31%	20%	17%	16%	10%
	Problema mais importante				
	Segundo problema mais importante				

A prevalência da violência baseada no género

Os especialistas acreditam que as mulheres africanas enfrentam algumas das taxas mais elevadas de VBG no mundo (Zegeye et al., 2022), estimando que uma em cada três sofrerá violência física ou sexual durante a sua vida (UNECA, 2023). Mas a investigação sobre as perspectivas locais sobre esta questão ainda é limitada. Afrobarometer incluiu perguntas sobre este tema pela primeira vez na 9ª Ronda.

Descobrimos que quase quatro em cada 10 Africanos (38%) dizem que a VBG é “um pouco comum” (24%) ou “muito comum” (14%) nas suas comunidades (Figura 3). Isto varia entre os máximos de 62% em Angola e 57% na Namíbia, até aos mais modestos – mas ainda bastante preocupantes – 19% na Tanzânia e 21% no Gana. Além disso, a maioria dos entrevistados (52%) acreditam que é provável que as mulheres que denunciam incidentes de VBG à polícia sejam “criticadas, assediadas ou envergonhadas por outras pessoas na comunidade.” Numa nota mais positiva, oito em cada 10 entrevistados (81%) acreditam que a polícia levará esses relatórios a sério.¹

Figura 3: Frequência da violência baseada no género | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Nesta área, o quão comum você pensa que os homens agem com violência contra mulheres e meninas em casa ou na comunidade?

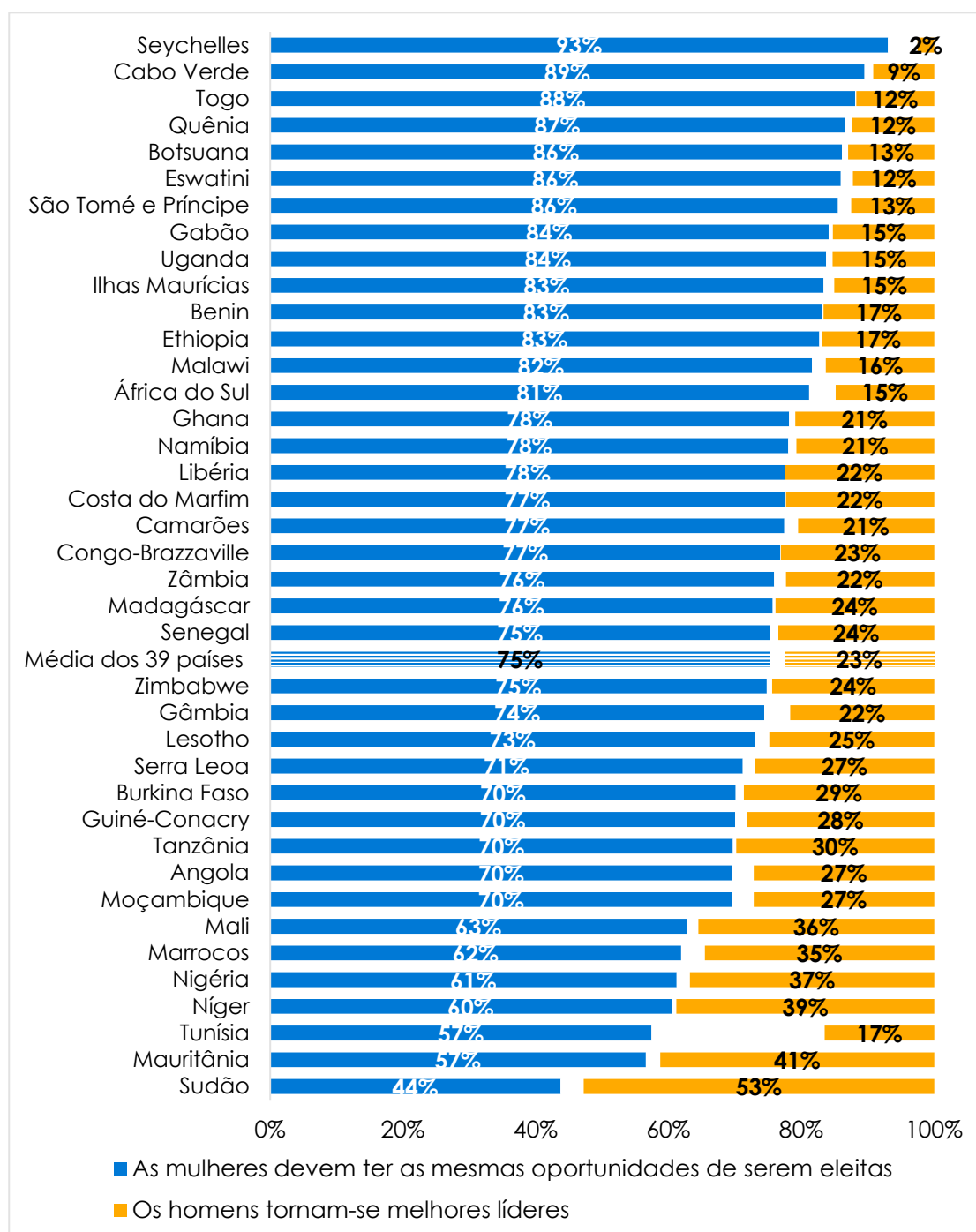
Mulheres na política e no governo

O acesso relativamente limitado das mulheres na maioria dos países africanos aos corredores do poder governamental é visto como um obstáculo fundamental à promoção do progresso em direcção à igualdade de género. Os homens continuam a superar as mulheres por uma margem de 3 para 1 nos assentos parlamentares e nos cargos ministeriais no continente (UNECA, 2023; ONU Mulheres, 2023). Embora muitos homens partilhem a aspiração à igualdade, as vozes, os votos e a liderança das mulheres serão provavelmente necessários para dar a esta questão a atenção e a acção necessárias para acelerar o ritmo da mudança. Que fatores impedem as mulheres?

Em média, em África, três quartos (75%) dos cidadãos afirmam que as mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades que os homens de concorrer a cargos políticos. Esta é a opinião da maioria em todos os países pesquisados, exceto no Sudão, onde uma pequena maioria (53%) afirmam que os homens são melhores líderes políticos e, portanto, deveriam ter prioridade como candidatos (Figura 4).

¹ Para mais detalhes sobre o módulo especial sobre violência baseada no género incluído na Ronda 9, ver M'Cormack-Hale, Patel, e Diouf (2023).

Figura 4: As mulheres devem ter as mesmas oportunidades de serem eleitas que os homens? | 39 países | 2021/2023

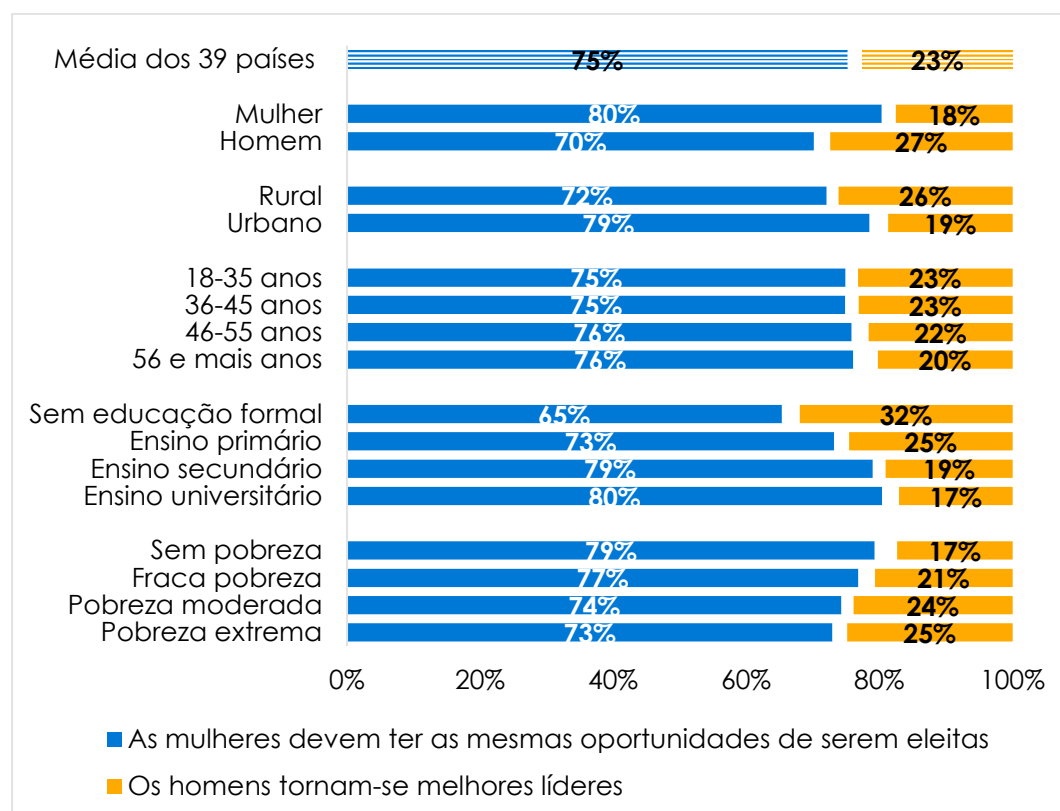


Pergunta aos respondentes: Qual das seguintes afirmações está mais próxima do seu ponto de vista?
 Afirmação 1: Os homens tornam-se em melhores líderes políticos do que as mulheres, e devem ser eleitos ao invés das mulheres.
 Afirmação 2: As mulheres devem ter as mesmas oportunidades de serem eleitas para posições políticas como os homens.
 (% que "concordam" ou "concordam fortemente" com cada afirmação)

Mais mulheres (80%) do que homens (70%) apoiam a igualdade de género na política, mas a grande maioria de todos os grupos socio-demográficos concordam (Figura 5). Os

cidadãos com ensino pós-secundário (80%), aqueles que estão em melhor situação económica (79%) e residentes urbanos (79%) têm maior probabilidade de concordar com esta percepção do que os seus homólogos menos instruídos, mais pobres e rurais. Mas não há conflito de gerações nestas atitudes: Os Africanos de todas as idades apoiam igualmente a igualdade de género na política.

Figura 5: As mulheres devem ter as mesmas oportunidades de serem eleitas que os homens? | por grupo demográfico | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Qual das seguintes afirmações está mais próxima do seu ponto de vista?
 Afirmação 1: Os homens tornam-se em melhores líderes políticos do que as mulheres, e devem ser eleitos ao invés das mulheres.
 Afirmação 2: As mulheres devem ter as mesmas oportunidades de serem eleitas para posições políticas como os homens.
 (% que "concordam" ou "concordam fortemente" com cada afirmação)

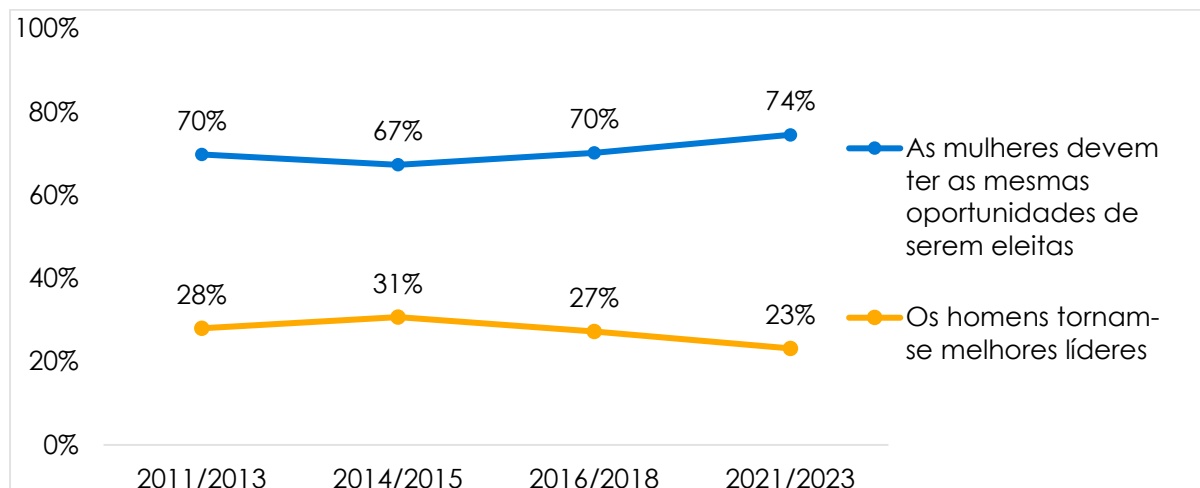
Ao longo da última década, o forte apoio à participação das mulheres na política aumentou ainda mais, ganhando 4 pontos percentuais em 30 países desde 2011/2013 (Figura 6). Apenas um país, a Tanzânia, registou um declínio substancial (-11 pontos), enquanto 18 países registaram ganhos de pelo menos 4 pontos e o Benim (+10), o Quênia (+11), o Senegal (+11) e o Uganda (+17) testemunhou ganhos de dois dígitos.

Mas a história nem sempre é tão simples. Mesmo que ela acredite que os eleitores lhe darão a mesma consideração que um candidato masculino, uma mulher pode ser ainda mais encorajada a concorrer a um cargo público – ou desencorajada de o fazer – devido a outras consequências esperadas da sua candidatura.

Do lado positivo, oito em cada 10 cidadãos africanos (79%) pensam que uma mulher ganhará destaque na comunidade se concorrer a um cargo público. Mas mais de metade (52%) também pensam que é provável que ela seja criticada, insultada ou assediada e 40% afirmam que é provável que ela enfrente problemas com a sua família (Figura 7). A

prevalência destas expectativas negativas pode reforçar as reservas de algumas mulheres em se apresentarem para o desafio.

Figura 6: As mulheres devem ter as mesmas oportunidades de serem eleitas que os homens? | 30 países | 2011-2023

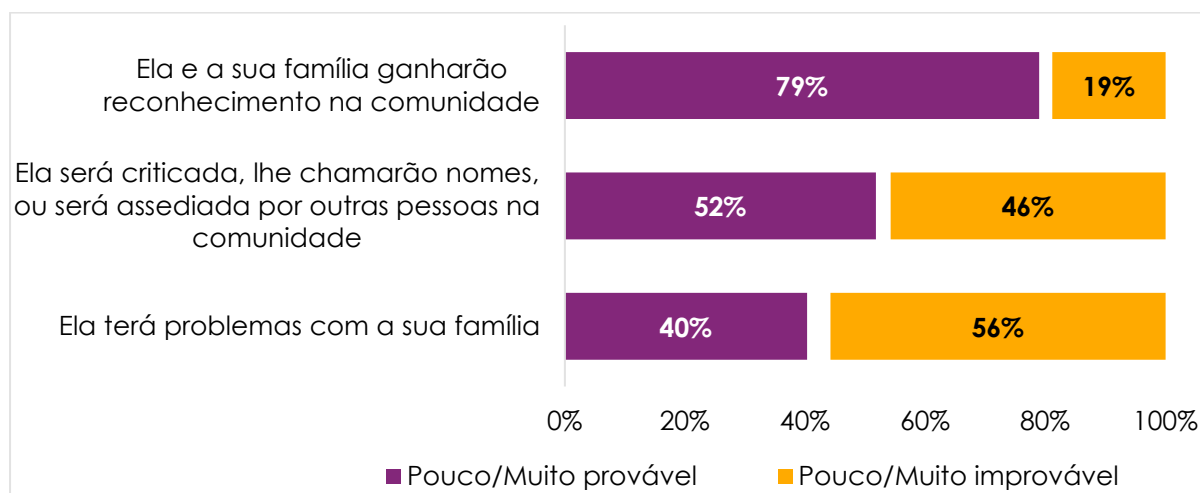


Pergunta aos respondentes: Qual das seguintes afirmações está mais próxima do seu ponto de vista?
Afirmação 1: Os homens tornam-se em melhores líderes políticos do que as mulheres, e devem ser eleitos ao invés das mulheres.

Afirmação 2: As mulheres devem ter as mesmas oportunidades de serem eleitas para posições políticas como os homens.

(% que "concordam" ou "concordam fortemente" com cada afirmação)

Figura 7: Para o melhor ou para o pior: Como a candidatura para cargos electivos pode afectar a vida das mulheres | 39 países | 2021/2023



Perguntas aos respondentes: Se uma mulher na sua comunidade se candidata a eleição para um cargo público, qual a probabilidade de as seguintes coisas acontecerem: Ela e a sua família ganharão reconhecimento na comunidade? Ela será criticada, lhe chamarão nomes, ou será assediada por outras pessoas na comunidade? Ela terá problemas com a sua família?

A opinião de que uma mulher e a sua família ganharão posição na comunidade se ela concorrer a um cargo electivo é partilhada por mais de seis em cada 10 cidadãos em todos os 39 países e atinge 80% em 21 deles (Tabela 2). O acordo é mais forte na Tanzânia (92%), Gabão (90%) e Uganda (90%).

Tabela 2: Consequências pouco/muito provável para as mulheres, caso concorram à cargos electivos | 39 países | 2021/2023

	A mulher que se candidata para um cargo electivo:		
	Consequências positivas	Consequências negativas	
	Ganhará reconhecimento	Será critica/assediada	Terá problemas com a família
Tanzânia	92%	38%	35%
Gabão	90%	60%	40%
Uganda	90%	51%	46%
Togo	89%	55%	42%
Madagáscar	89%	54%	31%
Marrocos	87%	46%	35%
Ilhas Maurícias	86%	36%	31%
São Tomé e Príncipe	86%	56%	40%
Ghana	86%	42%	35%
Libéria	86%	65%	54%
Zimbabwe	85%	58%	54%
Camarões	85%	61%	45%
Cabo Verde	85%	67%	49%
Tunísia	84%	85%	52%
Costa do Marfim	84%	58%	28%
Malawi	83%	37%	31%
Benin	83%	60%	41%
Congo-Brazzaville	83%	34%	33%
Serra Leoa	82%	42%	21%
Zâmbia	81%	43%	33%
Mali	81%	50%	46%
Senegal	79%	50%	44%
Nigéria	79%	47%	38%
Gâmbia	78%	60%	40%
Sudão	78%	59%	48%
Quênia	77%	53%	40%
Níger	77%	56%	52%
Ethiopia	76%	47%	44%
Lesotho	72%	60%	52%
Burkina Faso	72%	60%	38%
África do Sul	70%	59%	51%
Seychelles	69%	31%	19%
Namíbia	68%	46%	40%
Eswatini	68%	45%	45%
Moçambique	66%	57%	51%
Mauritânia	65%	51%	34%
Guiné-Conacry	64%	50%	39%
Botsuana	63%	43%	40%
Angola	62%	51%	40%
Média dos 39 países	79%	52%	40%

90+%	<30%	<30%
80-89%	30-39%	30-39%
70-79%	40-49%	40-49%
60-69%	50-59%	50-59%
50-59%	60+%	60+%

Ao mesmo tempo, a maioria em 25 países esperam que outros provavelmente critiquem ou assediem as candidatas. Mais de oito em cada 10 Tunisianos (85%) consideram que isto é provável, superando de longe qualquer outro país.

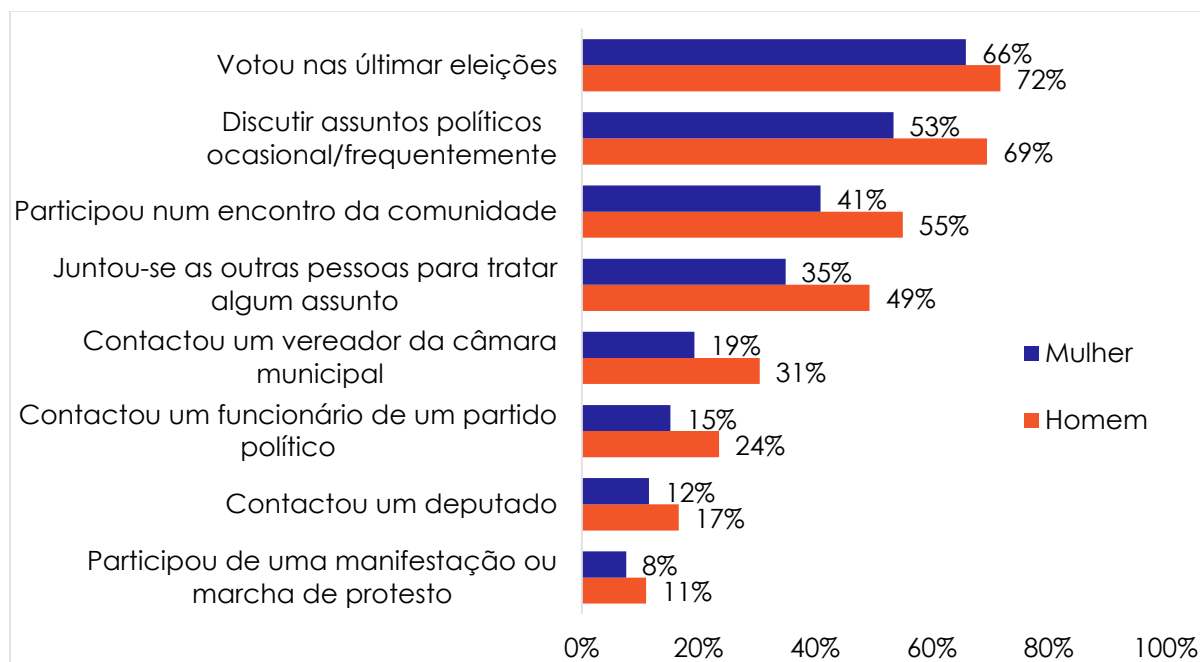
Menos antecipam problemas familiares, incluindo apenas um em cada cinco Serra-leoneses (21%) e Seychelenses (19%). Ainda assim, uma pequena maioria em sete países esperam problemas com a família: no Zimbabué (54%), na Libéria (54%), na Tunísia (52%), no Níger (52%), no Lesoto (52%), na África do Sul (51%) e em Moçambique (51%).

Existem apenas alguns países onde as coisas parecem consistentemente boas – ou seja, expectativas elevadas de resultados positivos e baixas expectativas de resultados negativos – para as mulheres que entram na política. Na Tanzânia, nas Ilhas Maurícias, no Malawi e no Congo-Brazzaville, mais de 80% antecipam consequências positivas e menos de 40% prevêem qualquer resultado negativo. As expectativas dos Seychelenses de melhorar a situação são um pouco mais baixas (69%), mas são menos propensas a prever resultados negativos.

No extremo oposto, as maiorias antecipam resultados negativos para as mulheres em sete países, liderados pela Tunísia e pela Libéria.

É claro que as mulheres participam na política não apenas como políticas, mas também como cidadãos comuns, e também existem lacunas importantes neste lado da questão (Figura 8).

Figura 8: Diferenças na participação | por género | 39 países | 2021/2023



Perguntas aos respondentes:

Nas últimas eleições gerais realizadas em [ano], você votou ou não, ou era jovem demais para votar? Ou você não se lembra se votou? (Respondentes que eram jovens demais para votar estão excluídos.)

Aqui estão algumas ações que as pessoas fazem enquanto cidadãos. Para cada uma delas, por favor diga-me se você pessoalmente, participou numa dessas ações durante o ano passado: Participou num encontro da comunidade? Reuniu-se com outras pessoas para tratar de algum assunto? Contactou o vereador da câmara municipal? Um funcionário do partido político? Um deputado à Assembleia Nacional? Participou de uma manifestação ou marcha de protesto? (% que dizem "uma ou duas vezes," "várias vezes" ou "frequentemente")

Quando você se reúne com os seus amigos ou família, com que frequência você diria que discute assuntos políticos?

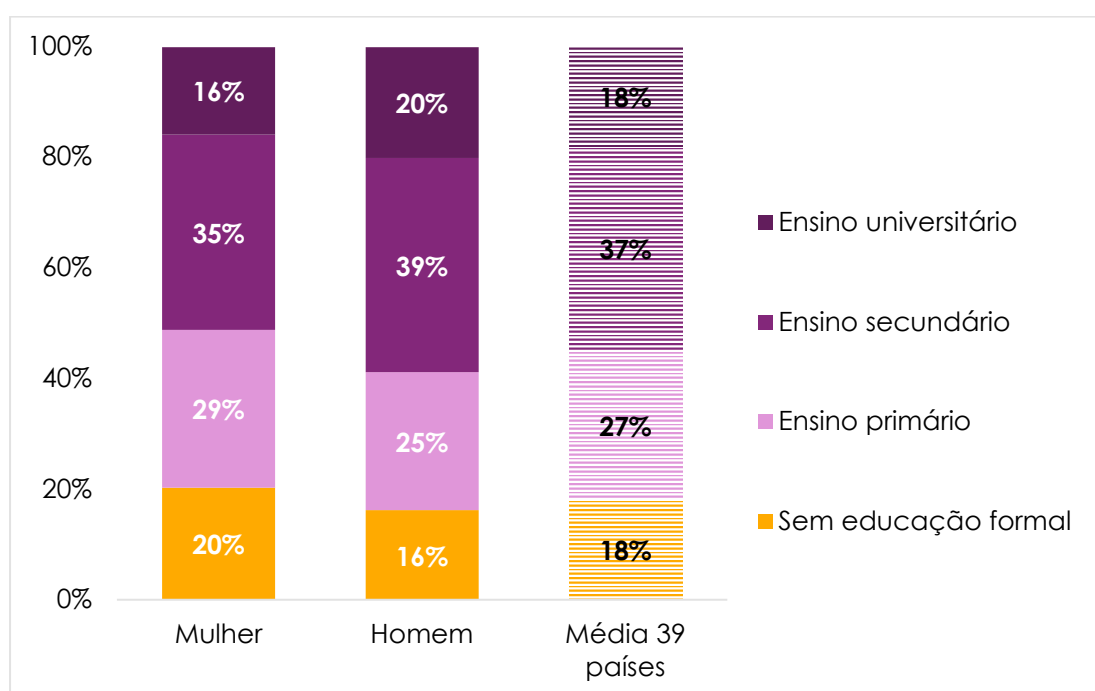
As mulheres têm consistentemente menos probabilidades do que os homens de se envolverem em todas as formas de engajamento cívico e político medidas pelo Afrobarometer. A diferença é de 6 pontos percentuais para o voto (66% para as mulheres, em comparação com 72% para os homens) e é substancialmente maior para vários outros meios importantes de exercer influência política, incluindo juntar-se a outros para levantar questões (35% para as mulheres vs. 49% para homens) e contactar os vereadores do governo local (19% vs. 31%).

Nível de educação

A última década assistiu a melhorias substanciais no nível de escolaridade em toda a África, embora alguns países continuem a enfrentar desafios (Evans & Acosta, 2020). As disparidades de género parecem ser um desafio particularmente persistente.

Em média, nos 39 países africanos, as mulheres têm uma probabilidade ligeiramente menor do que os homens de terem qualificações universitárias (16% vs. 20%) ou ensino secundário (35% vs. 39%) e mais probabilidades de reportarem apenas o ensino primário (29% vs. 25%) ou nenhuma escolaridade formal (20% vs. 16%) (Figura 9).

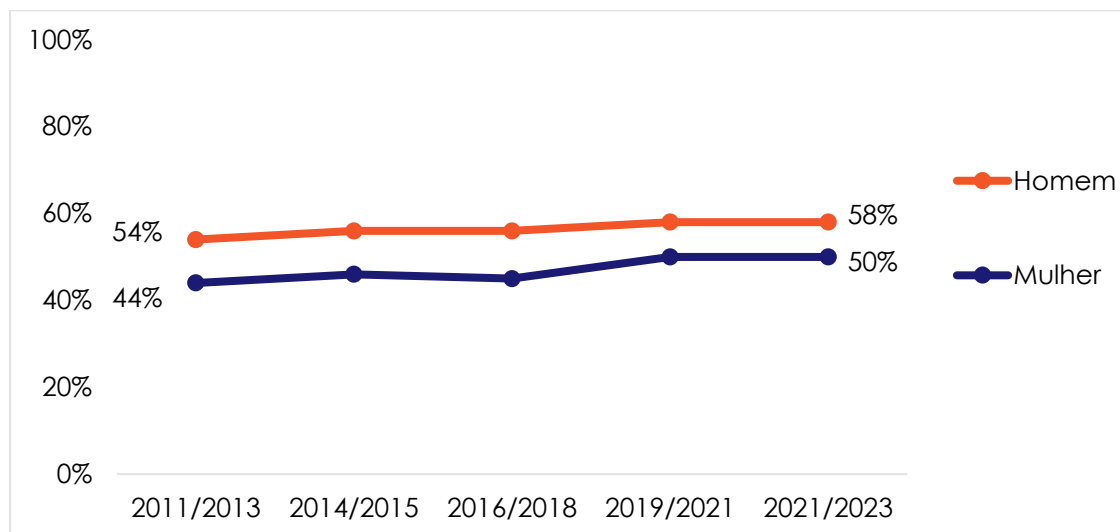
Figura 9: Nível de escolarização | por género | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Qual é o seu maior nível de educação?

Além disso, embora Afrobarometer registre ganhos significativos em 30 países ao longo da última década no desempenho educativo tanto para homens como para mulheres, a disparidade de género tem sido relativamente constante. No que diz respeito à conclusão do ensino secundário ou universitário, a diferença diminuiu apenas marginalmente, de 10 pontos percentuais em 2011/2013 para 8 pontos em 2021/2023 (Figura 10).

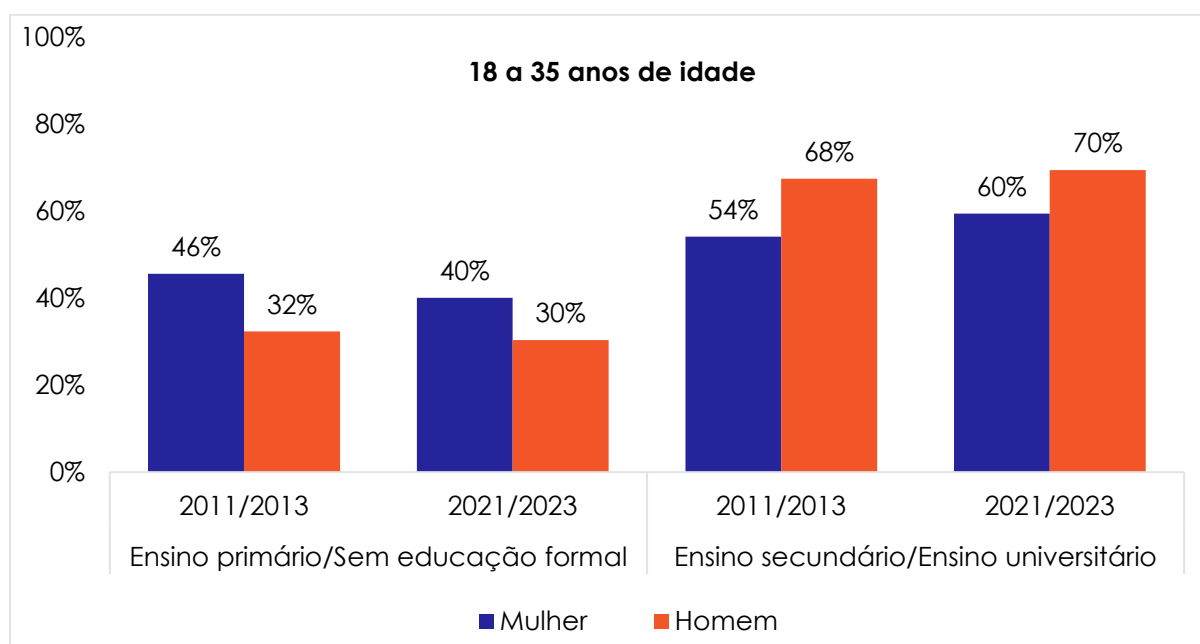
Figura 10: Tendências no nível de educação | por género | 30 países | 2011-2023



Pergunta aos respondentes: Qual é o seu maior nível de educação? (% que dizem possuir o ensino secundário ou universitário)

A história torna-se um pouco mais complexa quando nos concentramos apenas no grupo mais jovem de 18 a 35 anos. O nível de escolaridade global é mais elevado neste grupo do que entre os mais velhos e aumentou, modestamente, de 60% com qualificações secundárias/universitárias em 2011/2013 para 64% em 2021/2023 (não mostrado). Mas a disparidade de género é, na verdade, maior para este grupo do que para outras coortes – 10 pontos percentuais em 2021/2023, embora tenha diminuído em relação aos 14 pontos em 2011/2013 (Figura 11). Alcançar a paridade de género na educação exigirá claramente esforços mais significativos para aumentar a participação das raparigas e mulheres jovens.

Figura 11: Tendências nos níveis de educação entre 18 a 35 anos de idade | por género | 30 países | 2011-2023



Pergunta aos respondentes: Qual é o seu maior nível de educação?

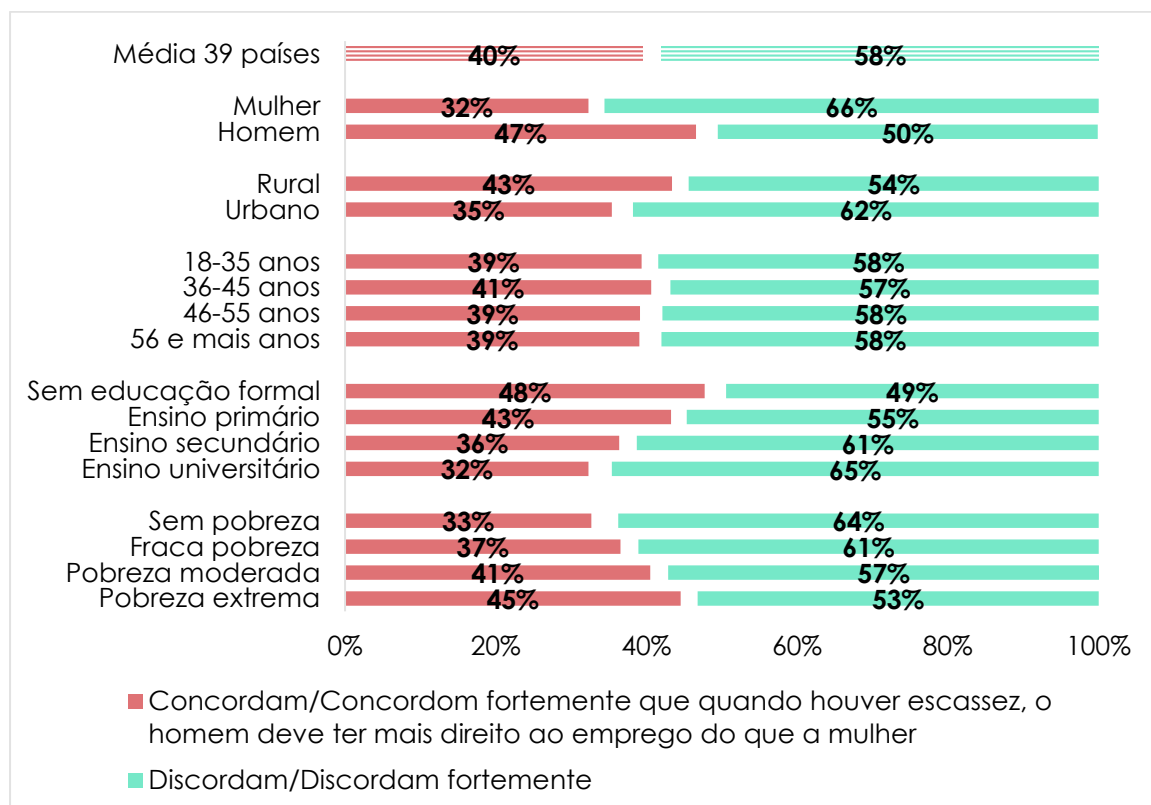
Desigualdade económica

Finalmente, voltamo-nos para o domínio da (des)igualdade económica. O Banco Africano de Desenvolvimento e a UNECA (2020) relatam que os desafios enfrentados pelas mulheres no domínio económico são comparáveis aos que enfrentam na política e no governo. As estatísticas continuam a mostrar que as mulheres estão sub-representadas entre os gestores e profissionais e sobre-representadas entre os desempregados, os sub-empregados e os que têm empregos precários.

Será que os Africanos querem igualdade de género no que diz respeito a empregos, oportunidades económicas e controlo sobre os recursos produtivos? Eles acham que estão a conseguir isso?

Começando pelo local de trabalho, descobrimos que quatro em cada 10 Africanos (40%) dizem que os homens deveriam ter mais direitos do que as mulheres ao emprego se o trabalho for escasso, embora a maioria (58%) rejeitem esta forma de discriminação de género (Figura 12). Os homens (50%) ficam atrás das mulheres (66%) por uma margem substancial na defesa da igualdade de género no mercado de trabalho. O apoio à igualdade na contratação aumenta com o nível de educação dos entrevistados, variando de 49% daqueles sem escolaridade formal a 65% daqueles com qualificações universitárias, bem como com o estatuto económico dos entrevistados, de 53% entre os mais pobres a 64% entre os que estão em melhor situação. Os residentes urbanos (62%) são mais propensos a apoiar a igualdade de oportunidades na contratação do que os seus homólogos rurais, mas aqui, novamente, as opiniões não diferem por faixa etária.

Figura 12: Em caso de escassez, os homens devem ter mais direito ao emprego?
| por grupo demográfico | 39 países | 2021/2023



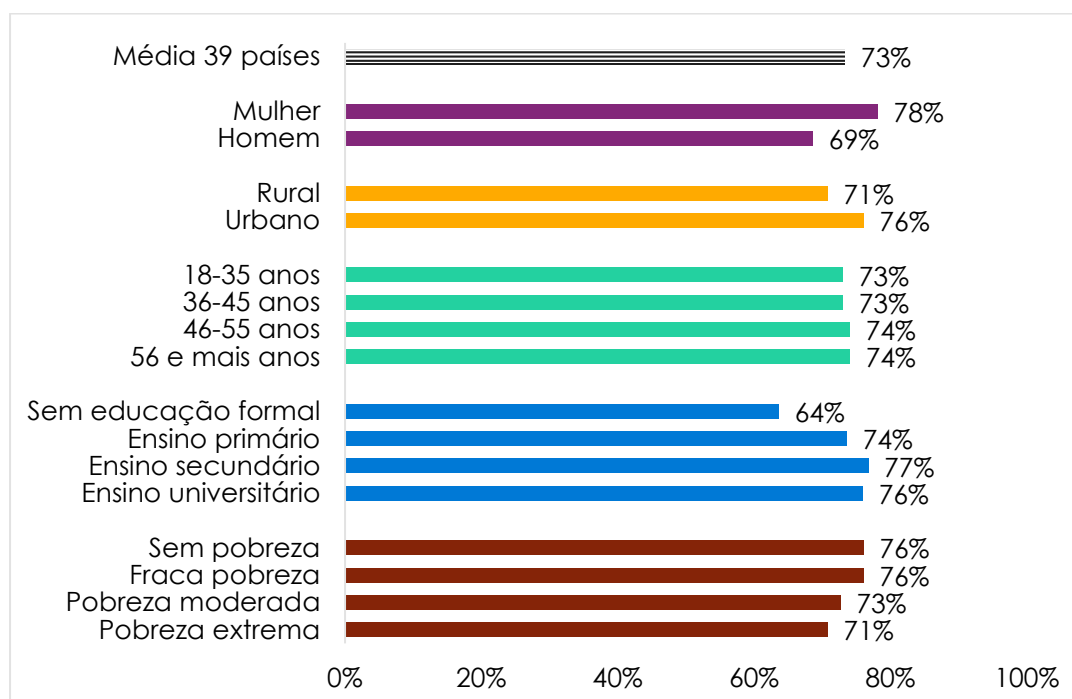
Pergunta aos respondentes: Para cada uma das seguintes afirmações, por favor, diga-me se você concorda ou discorda: Quando há escassez de emprego, os homens devem ter mais direitos a um emprego do que as mulheres?

E quanto ao acesso aos recursos económicos? Em grande parte de África, as mulheres têm enfrentado desigualdades quanto ao direito de possuir ou herdar terrenos ou terras (Arekapudinayda & Almodóvar-Reteguis, 2020). Tradicionalmente, mesmo uma viúva pode não herdar as terras do seu marido, que podem passar para os seus irmãos ou outros parentes do sexo masculino. Embora as leis sobre herança estejam a mudar gradualmente para aumentar os direitos de propriedade das mulheres, a UNECA (2023) estima que, mesmo agora, apenas 15% dos proprietários de terras na África Subsariana são mulheres. Alcançar o objectivo da Agenda 2063 de aumentar a posse das terras pelas mulheres exigirá uma combinação complexa de reformas legais e mudanças na consciência e nas normas sociais que fortalecerão a capacidade das mulheres de reivindicar os seus direitos e a vontade da sociedade de os fazer cumprir (Lwabukuna, 2023).

Embora tanto as leis como as práticas possam estar a mudar em alguns lugares, quais são as perspectivas populares sobre estas questões?

Em média, nos 39 países, quase três quartos (73%) dos Africanos apoiam a igualdade de direitos das mulheres à posse e à herança de terras. Também aqui os homens (69%) têm menos probabilidades do que as mulheres (78%) de acreditar na igualdade (Figura 13). O apoio à igualdade na posse das terras é significativamente mais fraco entre os entrevistados sem escolaridade formal (64%, em comparação com 74%-77% entre os cidadãos mais instruídos), entre os cidadãos mais pobres (71%, contra 76% dos cidadãos em melhor situação) e nas áreas rurais (71%, vs. 76% nas cidades).

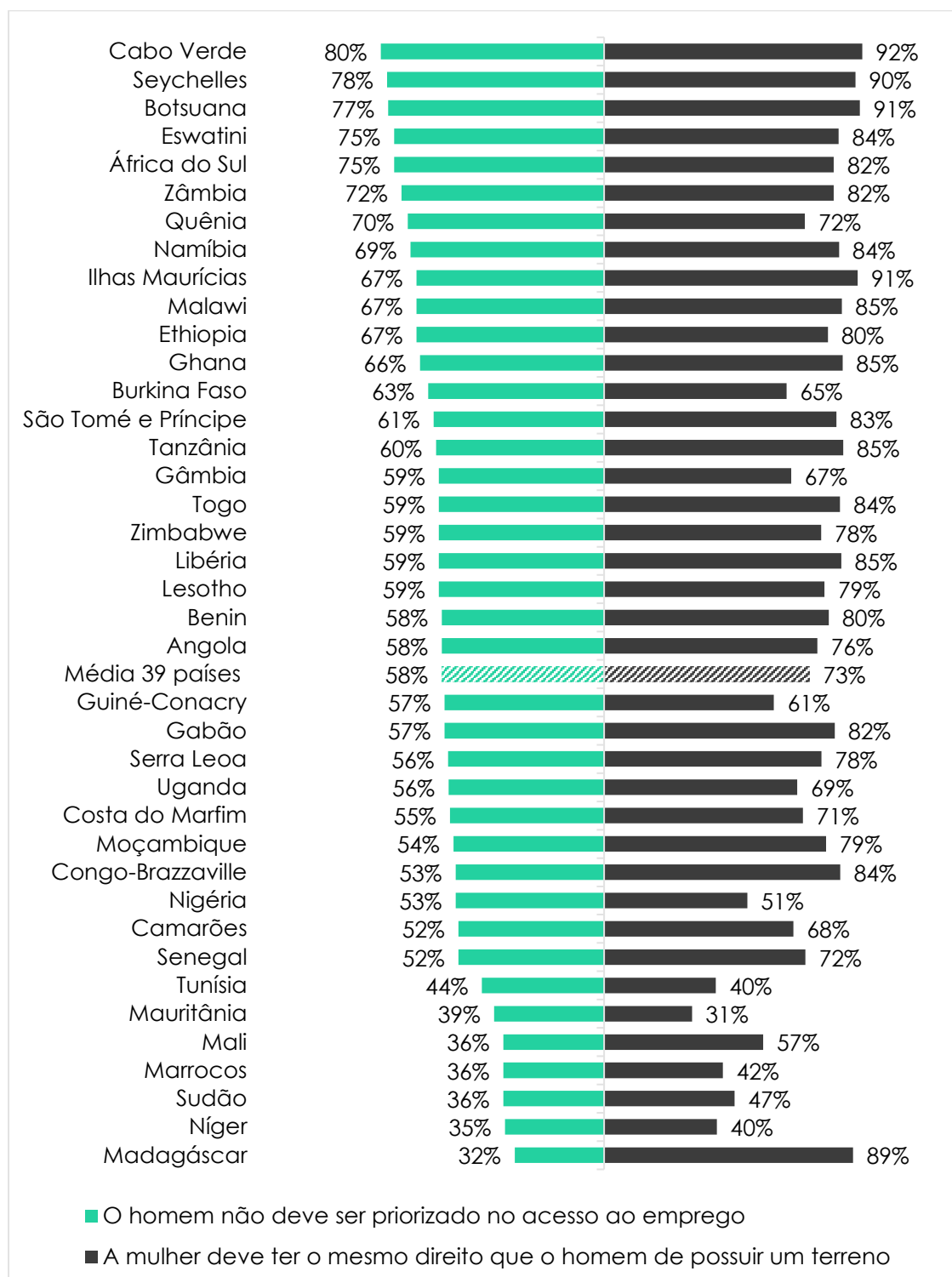
Figura 13: A mulher deve ter direito igual à posse de terras | por grupo demográfico
| 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Para cada uma das seguintes afirmações, por favor, diga-me se você concorda ou discorda: As mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens de possuir ou herdar terras. (% que “concordam” ou “concordam fortemente”)

Os países diferem dramaticamente no seu apoio à igualdade de género na contratação e na posse de terras (Figura 14). Embora mais de três quartos dos Cabo-verdianos (80%) e Seychelenses (78%) rejeitem a discriminação de género no emprego, apenas cerca de um terço dos entrevistados em Madagáscar (32%) e no Níger (35%) concordam.

Figura 14: Deve a mulher ter direito igual ao trabalho e a posse de terras?
| 39 países | 2021/2023



Perguntas aos respondentes: Para cada uma das seguintes afirmações, por favor, diga-me se você concorda ou discorda:

Quando há escassez de emprego, os homens devem ter mais direitos a um emprego do que as mulheres. (% que "discordam" ou "discordam fortemente")

As mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens de possuir ou herdar terras. (% que "concordam" ou "concordam fortemente")

A dispersão entre países é ainda maior quando se trata de apoiar a igualdade na posse de terras, variando de apenas 31% na Mauritânia a mais de nove em cada 10 em Cabo Verde (92%), Botsuana (91%) e Ilhas Maurícias (91%).

Um maior apoio à igualdade nos direitos à terra do que na contratação – uma diferença de 15 pontos em média – é verdadeiro em 35 dos 39 países, com Madagascar a servir de exemplo extremo: 89% apoiam direitos iguais à terra, contra apenas 32% que querem igualdade de género na contratação – uma diferença de 57 pontos percentuais. Apenas a Mauritânia e a Tunísia registam um apoio um pouco maior à igualdade na contratação, enquanto a igualdade em ambos os sectores é, largamente, popular no Burkina Faso e na Nigéria.

Embora a maioria afirmem que as mulheres devem ter direitos iguais ao emprego e à terra, será que elas alcançaram a igualdade? Mais de seis em cada 10 Africanos acreditam que sim: 69% dizem que as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens para conseguir um emprego remunerado, enquanto 63% pensam que as mulheres têm as mesmas oportunidades de possuir e herdar terras (Figura 15).

Mas os perfis dos países relativamente a estas questões variam muito. Os Malgaxes, os Tanzanianos, os Togoleses e os Mauricianos lideram a expressão da elevada confiança de que a igualdade económica é uma realidade para as mulheres nos seus países. A maioria relatam que as mulheres têm acesso igual ao emprego em todos os países, exceto em dois: Nigéria (44%) e Sudão (48%). Mas menos de metade dos cidadãos em 12 países afirmam que as mulheres têm oportunidades iguais de possuir e herdar terras, incluindo apenas três em cada 10 Mauritanos (31%) e Nigerianos (30%).

O Sudão e a Nigéria são os únicos países onde menos de metade dos cidadãos vêem a igualdade de género como uma realidade tanto na contratação como na posse de terras.

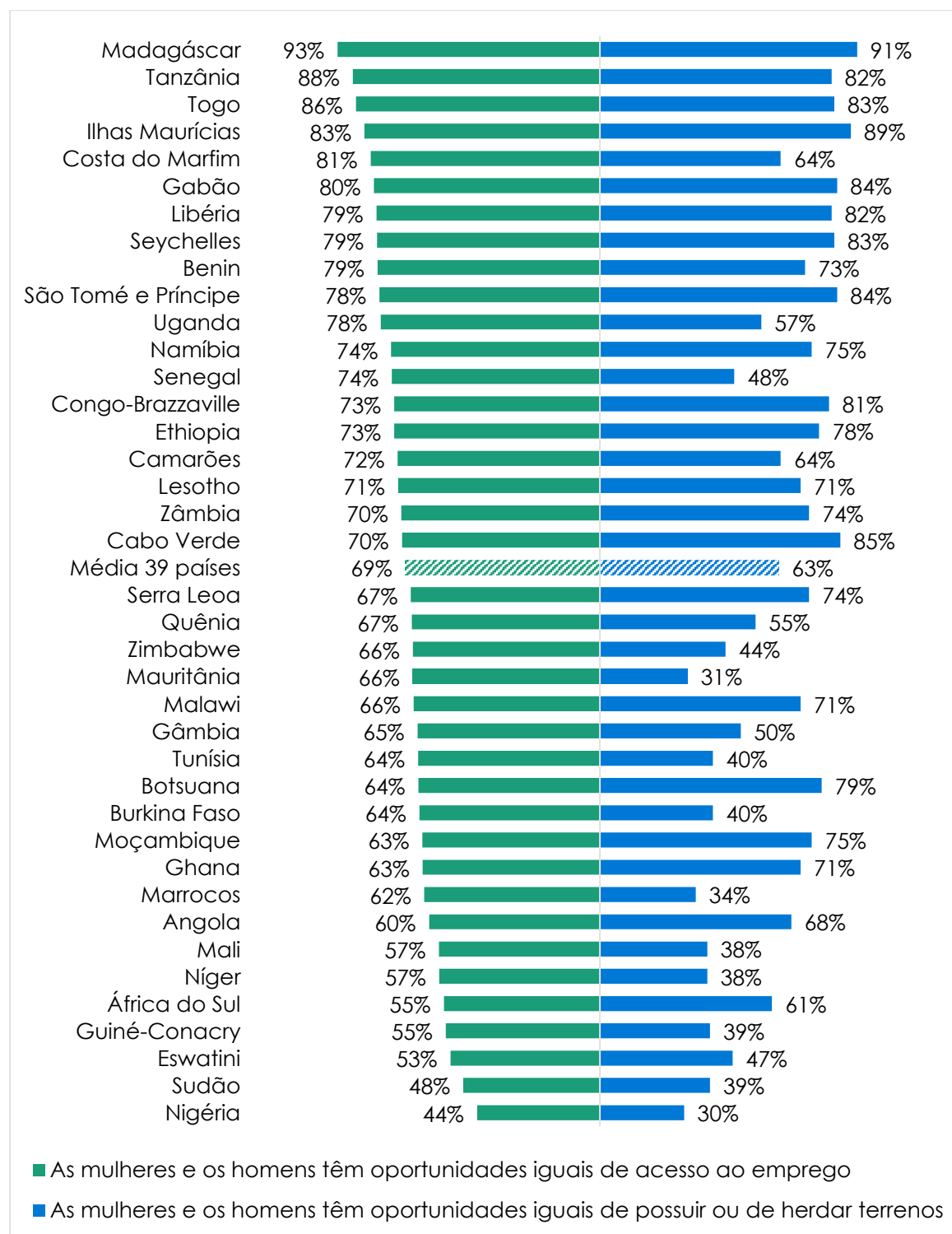
A igualdade de género na contratação nem sempre anda de mãos dadas com a igualdade de género na posse de terras, aos olhos dos cidadãos. Na Mauritânia, por exemplo, 66% dos inquiridos afirmam que as mulheres e os homens têm oportunidades iguais para conseguir empregos remunerados, mas apenas 31% dizem o mesmo sobre possuir/herdar terras – uma diferença de 35 pontos percentuais. Vemos disparidades igualmente grandes – sempre com a posse de terras menos igual do que o emprego – em Marrocos (28 pontos), no Senegal (26 pontos), no Burkina Faso (24 pontos), na Tunísia (24 pontos), no Zimbabué (22 pontos) e no Uganda (21 pontos).

Mulheres e homens oferecem avaliações idênticas da igualdade de género na contratação, bem como na posse de terras (Figura 16). Os residentes rurais e urbanos também concordam nas oportunidades de emprego, mas não na posse de terras (61% rurais, 66% urbanos).

Os jovens têm menos probabilidades do que os idosos de ver oportunidades iguais na contratação (67% vs. 72%), mas concordam em relação à posse/herança de terras.

Cidadãos economicamente vulneráveis e menos instruídos têm menos probabilidades do que os seus homólogos abastados e mais instruídos de dizer que a igualdade de género na contratação e na posse de terras é uma realidade, talvez sugerindo que o progresso em direcção à paridade de género não beneficiou igualmente todos os estratos sociais.

Figura 15: As mulheres têm os mesmos direitos que os homens ao emprego e a posse ou herança de terras | 39 países | 2021/2023

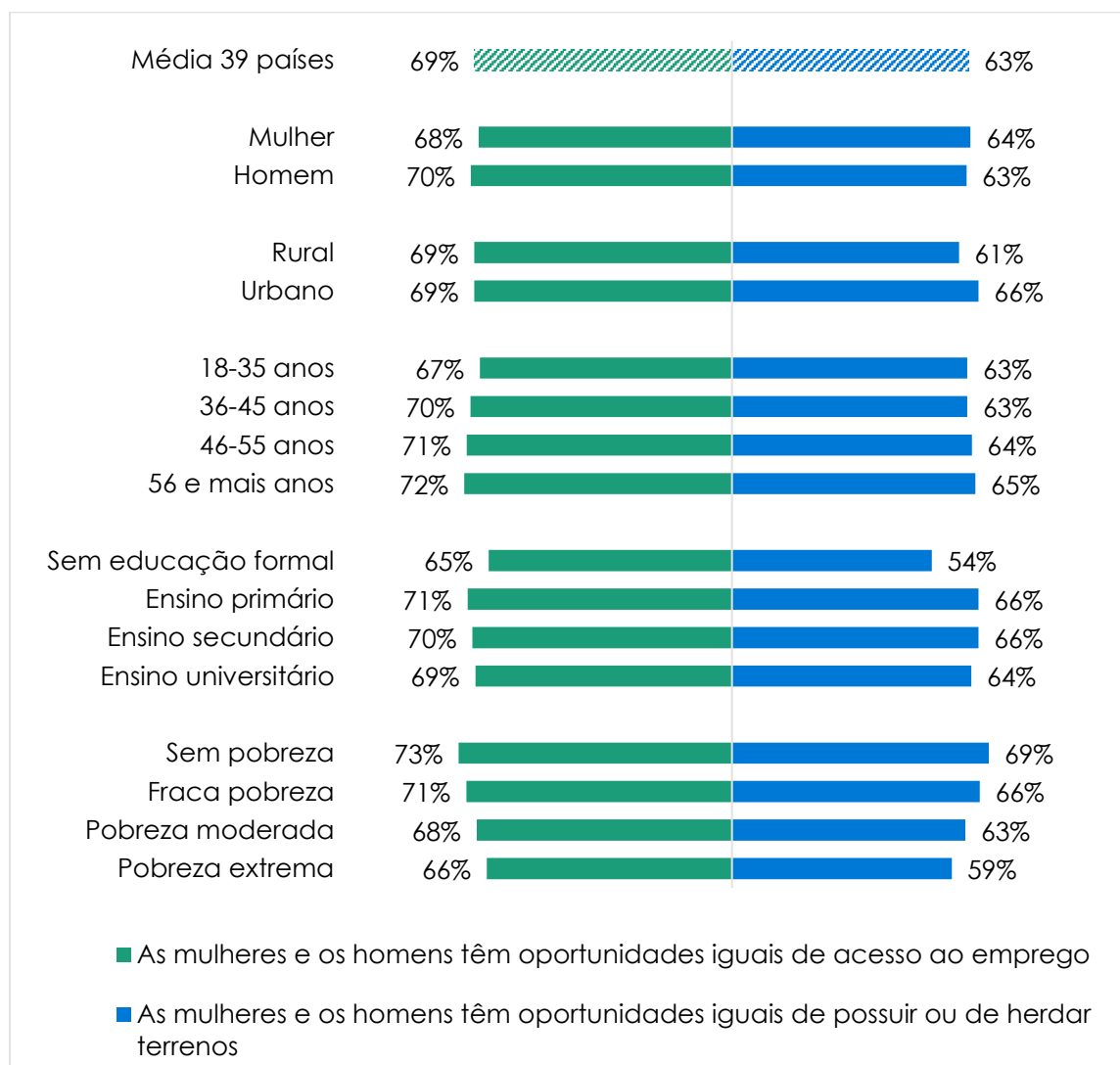


Perguntas aos respondentes: Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me, por favor, se concorda ou discorda:

Hoje, no nosso país, os homens e as mulheres têm oportunidades iguais de conseguir emprego que pague um salário.

Hoje, no nosso país, as mulheres e os homens têm igual oportunidade de possuir ou herdar terras.
(% que "concordam" ou "concordam fortemente")

Figura 16: As mulheres têm os mesmos direitos que os homens ao emprego e a posse ou herança de terras | por grupo demográfico | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me, por favor, se concorda ou discorda:

Hoje, no nosso país, os homens e as mulheres têm oportunidades iguais de conseguir emprego que pague um salário.

Hoje, no nosso país, as mulheres e os homens têm igual oportunidade de possuir ou herdar terras.
(% que "concordam" ou "concordam fortemente")

Embora a maioria, em média, considerem que a igualdade de género foi alcançada no domínio do emprego e na posse de terras, existem diferenças significativas quando nos voltamos para o que as mulheres e os homens nos dizem sobre as suas próprias situações económicas.

Em comparação com os homens, as mulheres têm uma probabilidade significativamente menor de trabalhar a tempo inteiro (16% vs. 24%) ou a tempo parcial (8% vs. 12%) e muito mais probabilidades de não terem emprego remunerado (76% vs. 65%) (Figura 17). No entanto, a disparidade na percentagem de pessoas que não têm emprego remunerado é em grande parte explicada pelo facto de uma maior proporção de mulheres não estar inserida no mercado de trabalho. Um número igual de homens e mulheres – 32% de cada – afirmam estar desempregado e à procura de trabalho, enquanto as mulheres têm uma

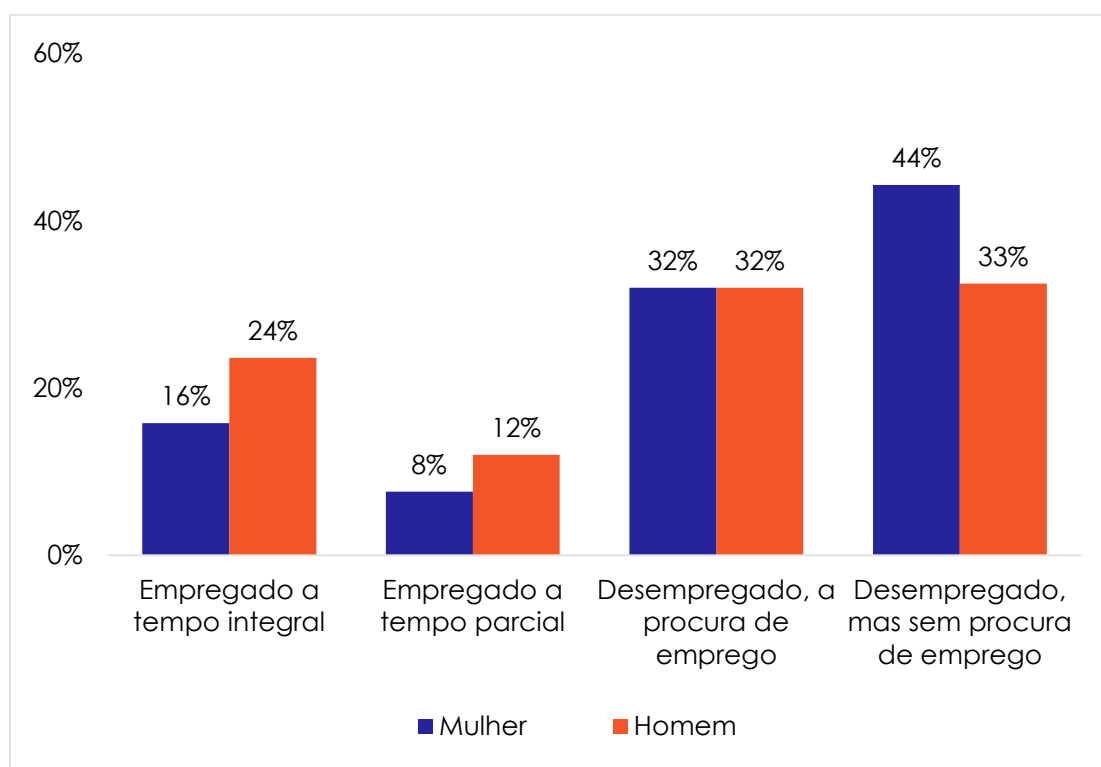
probabilidade significativamente maior – em 11 pontos percentuais – de dizer que não têm emprego remunerado e não procuram trabalho.

As mulheres também seguem os homens no controle de vários outros bens críticos além da terra. Têm cerca de metade da probabilidade dos homens de possuir um veículo motorizado (15% vs. 31%), outro activo produtivo importante, e são 5 a 15 pontos percentuais menos propensos a possuir um telemóvel (79% vs. 86%), um rádio (50% vs. 65%), uma televisão (47% vs. 54%), uma conta bancária (34% vs. 43%) e um computador (15% vs. 20%) (Figura 18).

Estas divisões de bens são transportadas para uma divisão digital mais ampla, alimentando lacunas no acesso das mulheres a notícias e informações críticas. Embora tenha havido ganhos tanto para homens como para mulheres em todos os indicadores desde 2016/2018 (Lardies, Dryding, & Logan, 2019; Malephane, 2022), ainda descobrimos que as mulheres estão consistentemente atrás dos homens em 7-8 pontos percentuais (Figura 19).

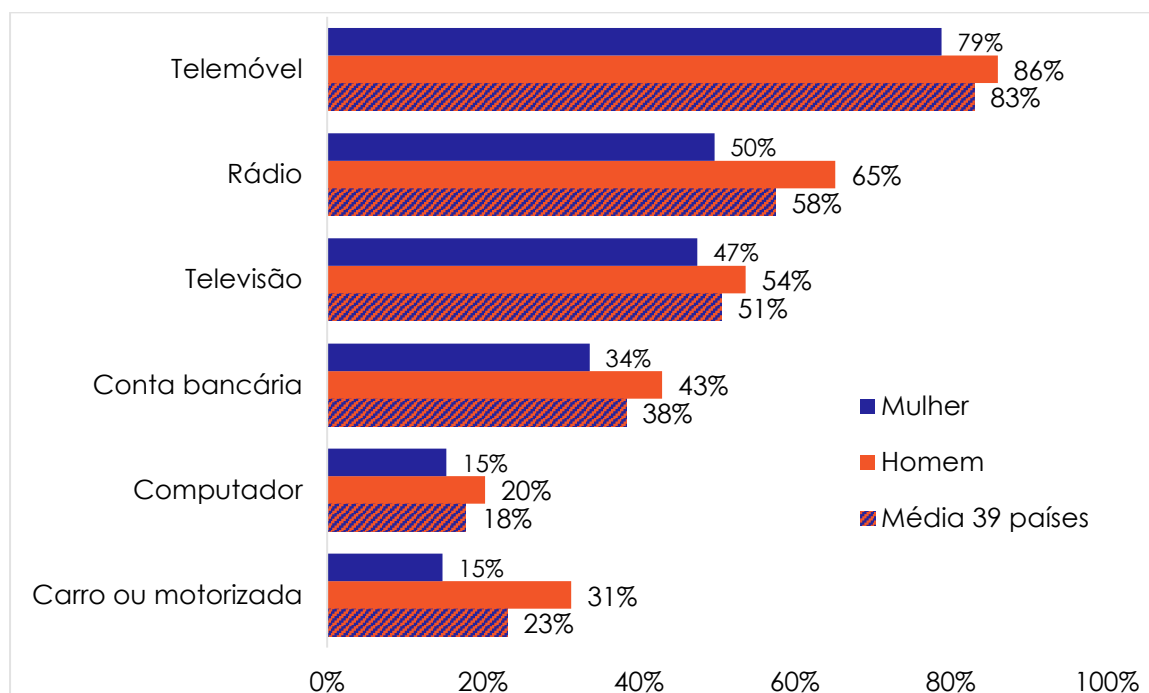
A voz das mulheres nas decisões financeiras domésticas também é mais limitada do que a dos homens. As mulheres têm quase duas vezes mais probabilidades do que os homens de relatar que relegam as decisões sobre como o dinheiro da família é gasto para os seus cônjuges ou outros membros da família (16% vs. 9%), enquanto os homens são mais propensos do que as mulheres a dizer que tomam decisões sobre as suas próprias necessidades (44% vs. 35%) (Figura 20).

Figura 17: Condição de empregabilidade | por género | 39 países | 2021/2023



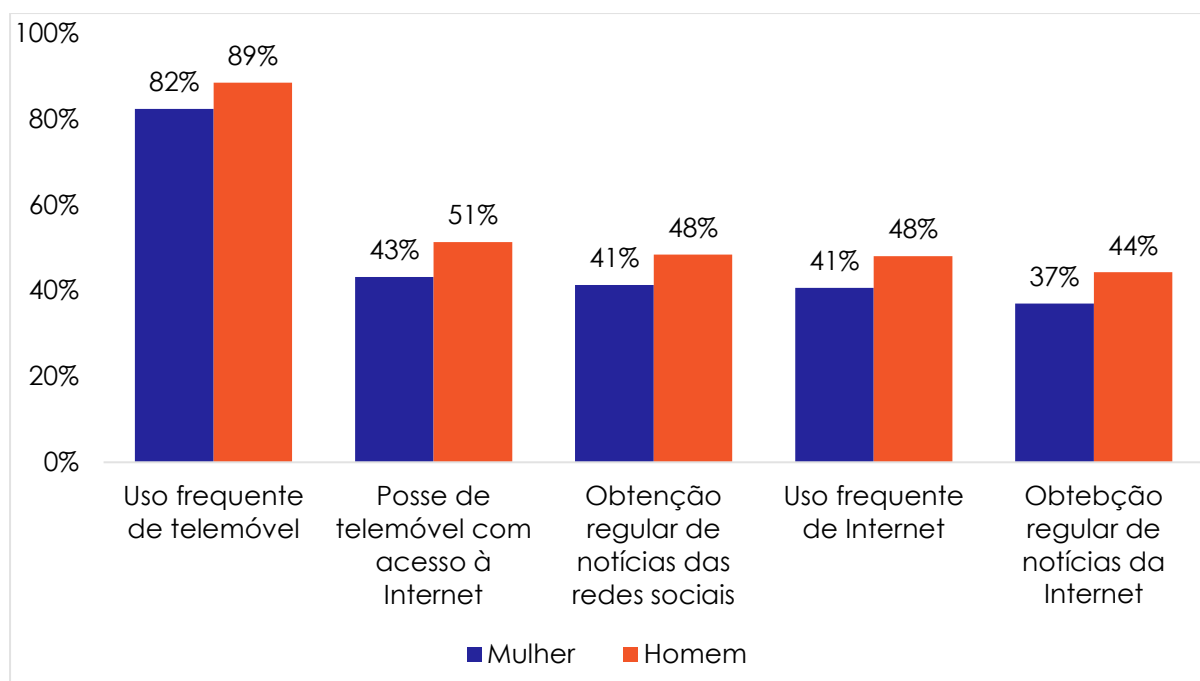
Perguntas aos respondentes: *Você tem um emprego que lhe paga um salário em dinheiro? [Se sim:] É a tempo inteiro ou a tempo parcial? [Se não:] Você está actualmente à procura de um emprego?*

Figura 18: Posse de bens | por género | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Qual destas coisas você pessoalmente possui?

Figura 19: Diferenças digitais | por género | 39 países | 2021/2023



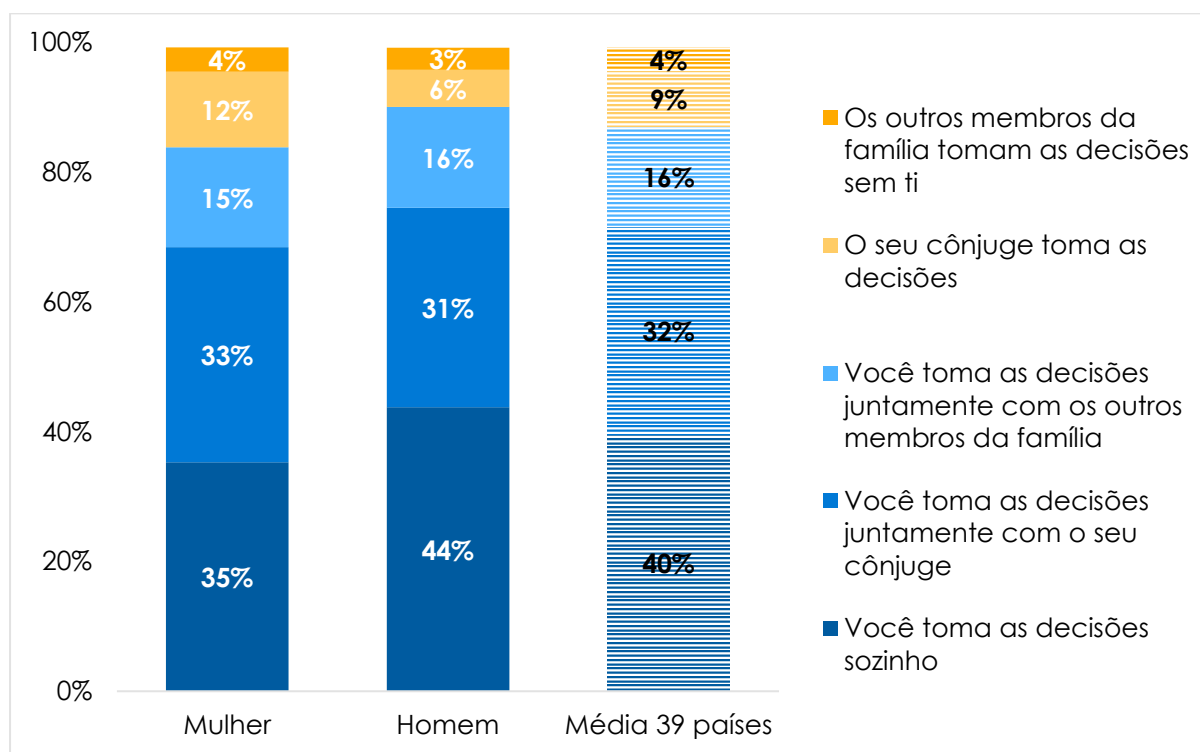
Perguntas aos respondentes:

Com que frequência você usa: A Internet? Um telemóvel? (% que dizem "poucas vezes por semana" ou "todos os dias")

Qual destas coisas você pessoalmente possui: Telemóvel? [Se "sim":] O seu telemóvel tem acesso à Internet? (% de todos os respondentes que possuem telemóvel com acesso à Internet)

Com que frequência você obtém notícias das seguintes fontes: Internet? Redes sociais? (% que dizem "algumas vezes por semana" ou "todos os dias")

Figura 20: Quem decide como o dinheiro é usado? | por género | 39 países
| 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Qual é a principal forma de tomar decisão sobre como usar o dinheiro que você tem ou ganha, por exemplo, de um emprego, um negócio, vendendo coisas ou outras atividades?

Desempenho do governo na promoção da igualdade de género

Apesar destas lacunas no estatuto e nas realizações das mulheres, em média, as pessoas atribuem aos seus governos algumas das suas melhores classificações de desempenho na “promoção de direitos e oportunidades iguais para as mulheres.” A maioria (56%) afirmam que o seu governo está a fazer um trabalho “razoavelmente” ou “muito” bom na promoção da igualdade, enquanto 41% discordam (Figura 21).

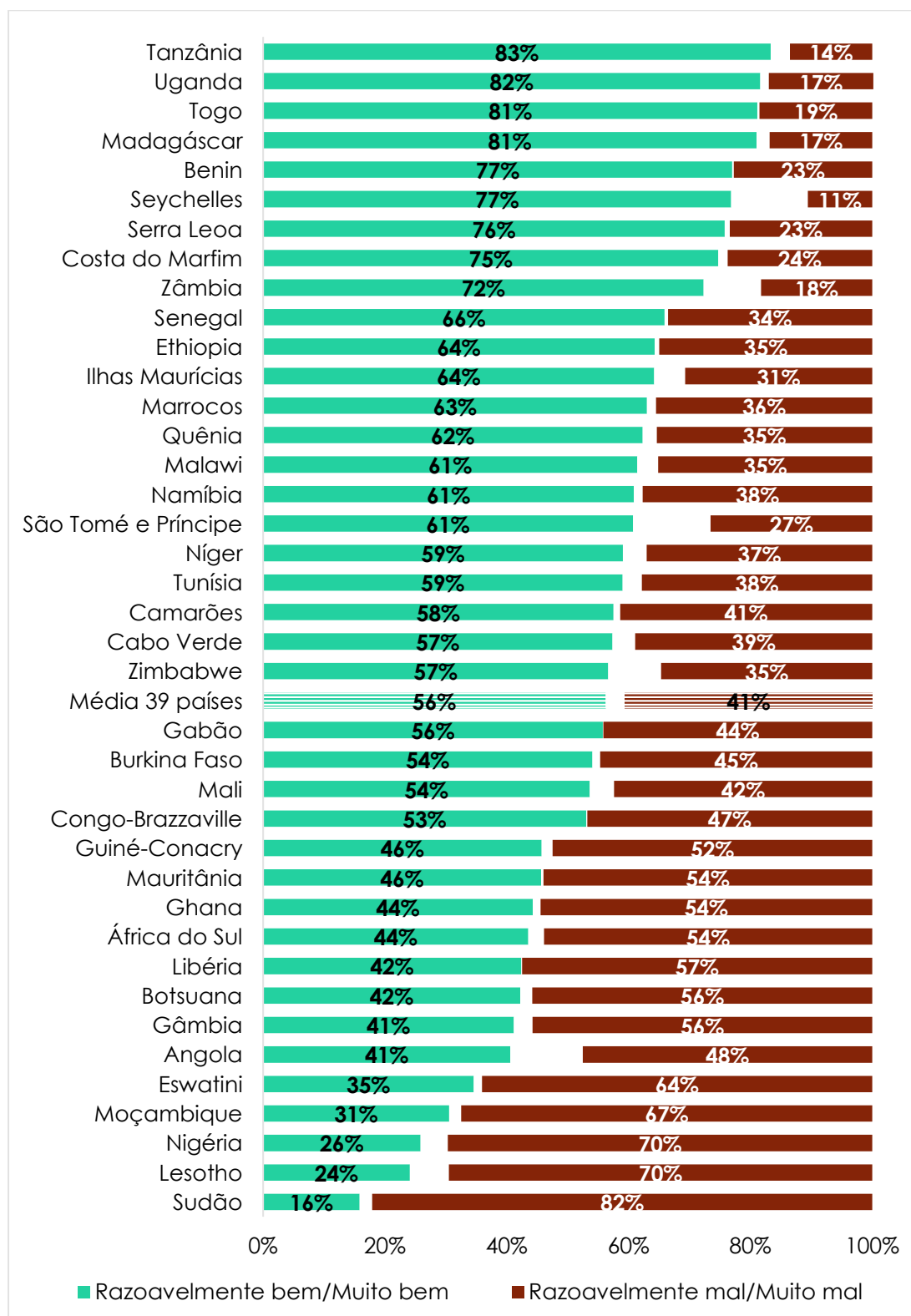
Entre os 17 sectores questionados pelo inquérito, que vão desde a criação de emprego até à protecção de crianças vulneráveis, a igualdade de género é o único sector onde a maioria dos cidadãos dá notas positivas ao desempenho do seu governo (não mostrado).

As classificações positivas chegam a oito em cada 10 na Tanzânia (83%), Uganda (82%), Togo (81%) e Madagáscar (81%), mas apenas um em cada quatro concordam na Nigéria (26%) e no Lesoto (24%), e apenas 16% dos Sudaneses dizem o mesmo.

As diferenças entre grupos socioeconómicos são geralmente modestas. Mais significativas, os cidadãos economicamente abastados (62%) têm uma probabilidade substancialmente maior de estarem satisfeitos com os esforços do seu governo em matéria de igualdade de género do que os cidadãos mais pobres (48%). Diferenças menores separam os homens das mulheres (59% vs. 54%) e os cidadãos mais instruídos daqueles sem escolaridade formal (56% vs. 52%) (Figura 22).

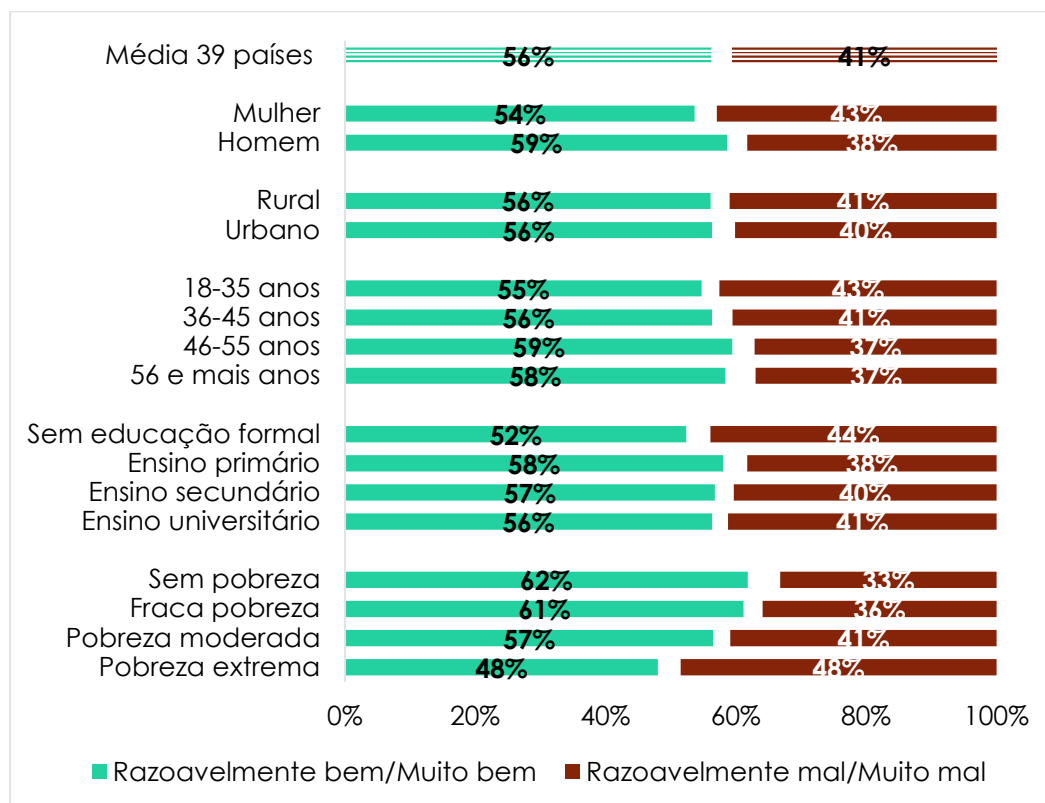
Mas mesmo que as classificações de desempenho do governo sejam geralmente positivas, 63% dos cidadãos – incluindo 66% das mulheres – dizem que o seu governo precisa de fazer mais para promover a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres (Figura 23).

Figura 21: Desempenho do governo na promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres | 39 países | 2021/2023



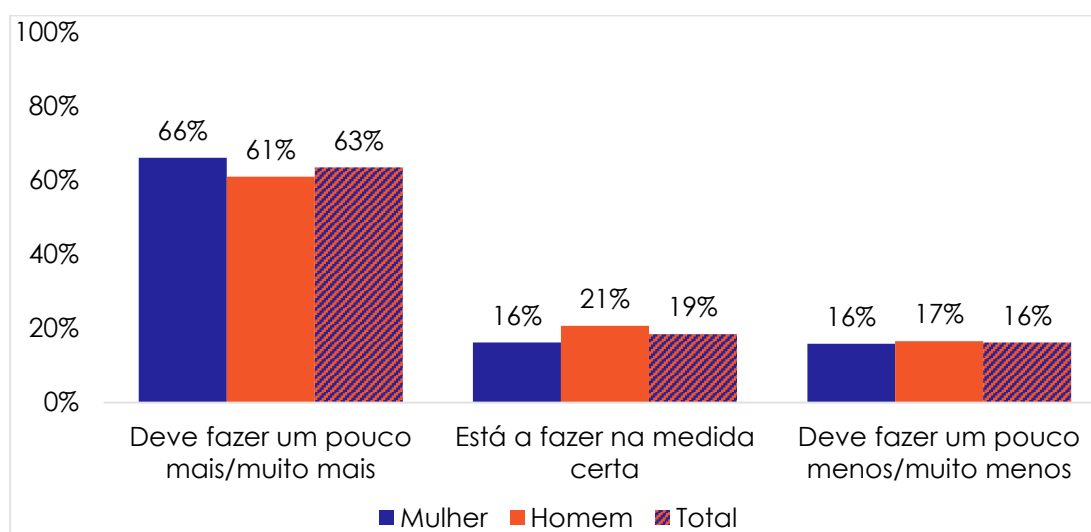
Pergunta aos respondentes: Até que ponto você acha que o actual governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Promover a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres?

Figura 22: Desempenho do governo na promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres | por grupo demográfico | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Até que ponto você acha que o actual governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Promover a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres? (% que dizem "razoavelmente bem" ou "muito bem")

Figura 23: Deve o governo fazer mais ou menos para promover a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres? | por género | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, o governo e os funcionários públicos eleitos devem fazer mais do que fazem actualmente para prosseguir com os direitos e igualdade da mulher, ou devem fazer menos, ou eles estão a fazer aproximadamente conforme o que devem fazer?

Conclusão

Combater a desigualdade de género num país, e em todo o continente, é um enorme desafio. Requer mudanças não apenas nas leis, mas também nas atitudes. Requer mudanças nas expectativas – entre rapazes e raparigas, homens e mulheres – sobre o papel das mulheres no lar, na sociedade, nos negócios e no governo. E requer uma redefinição, para mulheres e raparigas, de como pode e deve ser o seu mundo e como devem fazer ouvir as suas vozes para o conseguir.

Os dados da última ronda de inquéritos do Afrobarometer oferecem alguns motivos para optimismo, bem como lembretes de quanto ainda há por fazer. O apoio ao princípio da igualdade de género parece estar a criar raízes. A maioria dos Africanos dizem acreditar na justeza da igualdade de género. Estas atitudes ainda não são universais, mas estão generalizadas e a crescer, embora lentamente.

Mas alcançar a igualdade é um trabalho em curso. Embora muitos Africanos afirmem que a paridade de género já existe em áreas-chave como o acesso ao emprego e à posse de terras, os dados apontam para desvantagens persistentes para as mulheres no nível de escolaridade, no controlo sobre bens e recursos financeiros essenciais e na participação política. E a violência contra as mulheres e as raparigas, que 38% dos adultos dizem ser comum na sua comunidade, é classificada como a principal questão de direitos das mulheres que os governos e as sociedades enfrentam.

Os governos africanos recebem classificações de desempenho mais positivas na promoção da igualdade de género do que na gestão económica, na criação de emprego e numa série de outras questões. Mas a maioria dos cidadãos também insistem que é necessário fazer mais. As comunidades economicamente desfavorecidas, onde os cidadãos têm menos probabilidades de ver a igualdade de género como uma realidade e de se declararem satisfeitos com os esforços do seu governo, podem ser um local para concentrar redobrados esforços.

Se o apoio à igualdade em princípio está a ganhar terreno, a igualdade na prática ainda é ilusória e os defensores da igualdade de género terão de redobrar os seus esforços para que os objetivos partilhados da Agenda 2063 e dos ODS se tornem realidades partilhadas.

Referências

- Arekapudinayda, N., & Almodóvar-Reteguis, L. (2020). Women's property rights are the key to economic development. World Bank Blogs. 24 February.
- Banco Africano de Desenvolvimento & UNECA. (2020). Africa gender index report 2019.
- Banco Mundial. (2020). Women, business and the law 2020.
- Equal Measures 2030. (2022). 'Back to normal' is not enough: 2022 SDG gender index.
- Evans, D. K., & Acosta, A. M. (2020). Education in Africa: What are we learning? Center for Global Development Working Paper No. 542.
- Lardies, C. A., Dryding, D., & Logan, C. (2019). Gains and gaps: Perceptions and experiences of gender in Africa. Afrobarometer Policy Paper No. 61.
- Lwabukuna, O. (2023). Africa neglects women's property rights at its own economic peril – but it's not the only culprit. SOAS, University of London blog.
- M'Cormack-Hale, F., Patel, J., & Diouf, N. N. (2023). Combating gender-based violence tops Africa's agenda for women's rights. Afrobarometer Dispatch No. 736.
- Malephane, L. (2022). Digital divide: Who in Africa is connected and who is not. Afrobarometer Dispatch No. 582.
- Mattes, R., & Patel, J. (2022). Lived poverty resurgent. Afrobarometer Policy Paper 84.
- Nações Unidas. (1979). Convention on the elimination of all forms of discrimination against women.
- Nações Unidas. (2016). The 17 goals.
- ONU Mulheres. (2023). Facts and figures: Women's leadership and political participation.
- Savedra, J., & Brixi, H. (2023). Empowering adolescent girls in Africa through education. World Bank Blogs. 7 March.
- UNECA (Comissão Económica das Nações Unidas para África). (2023). Gender equality and the empowerment of women.
- União Africana. (2003). Protocol to the African charter on human and peoples' rights on the rights of women in Africa.
- União Africana. (2015a). Goals & priority areas of agenda 2063.
- União Africana. (2015b). Key transformational outcomes of agenda 2063.
- União Africana. (2023). Maputo protocol on the rights of women in Africa: Commemorating 20 years.
- Zegeye, B., Olorunsaiye, C. Z., Ahinkorah, B. O., Ameyaw, E. K., Budu, E., Seidu, A.-A., & Yaya, S. (2022). Understanding the factors associated with married women's attitudes towards wife-beating in sub-Saharan Africa. *BMC Women's Health*, 22, 242.

Apêndice

Table A.1: A Ronda 9 do Afrobarometer de pesquisa e as anteriores

País	Trabalho de campo na Rodada 9	Rodadas de pesquisa anteriores
África do Sul	Nov.-Dez. 2022	2000, 2002, 2006, 2008, 2011, 2015, 2018, 2021
Angola	Fev.- Março 2022	2019
Benin	Jan. 2022	2005, 2008, 2011, 2014, 2017, 2020
Botsuana	Junho-Julho 2022	1999, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Burkina Faso	Set.-Out. 2022	2008, 2012, 2015, 2017, 2019
Cabo Verde	Julho-Agosto 2022	2002, 2005, 2008, 2011, 2014, 2017, 2019
Camarões	Março 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Congo-Brazzaville	Junho-Julho 2023	NA
Costa do Marfim	Nov.-Dez. 2021	2013, 2014, 2017, 2019
Eswatini	Out.-Nov. 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Etiópia	Mai-Junho 2023	2013, 2020
Gabão	Nov.-Dez. 2021	2015, 2017, 2020
Gâmbia	Agosto-Set. 2022	2018, 2021
Ghana	Abril 2022	1999, 2002, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Guiné-Conacry	Agosto 2022	2013, 2015, 2017, 2019
Ilhas Maurícias	Março 2022	2012, 2014, 2017, 2020
Lesoto	Fev.-Março 2022	2000, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2020
Libéria	Agosto-Set. 2022	2008, 2012, 2015, 2018, 2020
Madagáscar	Abril-Maio 2022	2005, 2008, 2013, 2015, 2018
Malawi	Feb. 2022	1999, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Mali	Julho 2022	2001, 2002, 2005, 2008, 2013, 2014, 2017, 2020
Marroco	Agosto-Set. 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Mauritânia	Nov. 2022	NA
Moçambique	Out.-Nov. 2022	2002, 2005, 2008, 2012, 2015, 2018, 2021
Namíbia	Out.-Nov. 2021	1999, 2003, 2006, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Níger	Junho 2022	2013, 2015, 2018, 2020
Nigéria	Março 2022	2000, 2003, 2005, 2008, 2013, 2015, 2017, 2020
Quênia	Nov.-Dez. 2021	2003, 2005, 2008, 2011, 2014, 2016, 2019
São Tomé e Príncipe	Dez. 2022	2015, 2018
Seychelles	Dez. 2022	NA
Senegal	Mai-Junho 2022	2002, 2005, 2008, 2013, 2014, 2017, 2021
Serra Leoa	Junho-Julho 2022	2012, 2015, 2018
Sudão	Nov.-Dez. 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Tanzânia	Set.-Out. 2022	2001, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2021
Togo	Março 2022	2012, 2014, 2017, 2021
Tunísia	Fev.-Março 2022	2013, 2015, 2018, 2020
Uganda	Jan. 2022	2000, 2002, 2005, 2008, 2012, 2015, 2017, 2019
Zâmbia	Agosto-Set. 2022	1999, 2003, 2005, 2009, 2013, 2014, 2017, 2020
Zimbábwe	Março-Abril 2022	1999, 2004, 2005, 2009, 2012, 2014, 2017, 2021

Maame Akua Amoah Twum é responsável pelas comunicações do Afrobarometer para a África Ocidental anglófona e África do Norte. Email: maameakua@afrobarometer.org.

Carolyn Logan é diretora de análise e capacitação do Afrobarometer e professora associada do Departamento de Ciência Política da Michigan State University (MSU). Email: clogan@afrobarometer.org.

Afrobarometer, uma corporação sem fins lucrativos com sede no Gana, dirige uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. Coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida por Center for Democratic Development (CDD) no Gana, Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das fundações Mo Ibrahim, Open Society - Africa, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam o projeto Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer uma contribuição (em www.afrobarometer.org) ou contactar Felix Biga (felixbiga@afrobarometer.org) ou Runyararo Munetsi (runyararo@afrobarometer.org) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite www.afrobarometer.org.



Afrobarometer Edição No. 749 | 19 de Dezembro 2023